

## Relatório de Atividades 2004



# Promoção da Igualdade Racial



# Sumário

<b>Apresentação .....</b>	<b>5</b>
---------------------------	----------

## **1. Construindo a Política de Promoção da Igualdade Racial**

1.1 – A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial .....	9
1.2 – O marco institucional .....	10
1.3 – As parcerias .....	12

## **2. As Ações Desenvolvidas em 2004**

2.1 – Programa Brasil Quilombola.....	15
2.2 – Políticas de Ações Afirmativas .....	23
2.3 – Relações internacionais .....	39
2.4 – Capacitação para a igualdade racial.....	51
2.5 – Ouvidoria e assistência jurídica .....	54

<b>3. Considerações Finais e Perspectivas para 2005 .....</b>	<b>57</b>
---	-----------

## **ANEXOS**

<b>A – Relação dos integrantes da Seppir em 2003/04 .....</b>	<b>65</b>
<b>B – Relação dos integrantes do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).....</b>	<b>67</b>
<b>C – Relação dos organismos integrantes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir) – 2003/2004.....</b>	<b>68</b>
<b>D – Relação de Parceiros/Convênios para a implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2004 .....</b>	<b>69</b>
<b>E – Relação de Parceiros/Termos de Cooperação para a implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2004 .....</b>	<b>70</b>
<b>F – Tabelas referentes à Política para Quilombos (1 e 2) .....</b>	<b>72</b>
<b>G – Relação Parcial de Proposições das Entidades Integrantes do CNPIR para 2005/2006 .....</b>	<b>80</b>



# Apresentação

*“Há tanto que se fazer com a poesia,  
que eu quase não dou conta das tarefas”.<sup>1</sup>*

O desenvolvimento da Política de Promoção da Igualdade Racial assemelha-se à frase do poema *Viver de Poesia* – “*Há tanto que se fazer com a poesia, que eu quase não dou conta das tarefas*”. A semelhança está na realização de um conjunto de ações e tarefas intensas e incessantes, obviamente regadas por muitas emoções. Realizar esta tarefa nos leva ao desafio de dar respostas, ainda que parciais, a demandas acumuladas historicamente, o que requer uma intervenção persistente por parte do governo federal e da sociedade civil.

Assim, apresentamos o 2º Relatório de Atividades da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que demonstra as realizações do ano de 2004, já somando 21 meses de existência deste organismo.

Consideramos que o intenso trabalho traduz-se por ações, agora, palpáveis. O ano de 2003 foi o período de estruturação da secretaria e, em 2004, foram estabelecidas as prioridades de ação, sobretudo no que diz respeito às *Políticas de Quilombos e de Ações Afirmativas*, como um dos principais elementos presentes na construção da justiça social e racial em nosso país.

E 2005, instituído o *Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial*<sup>2</sup>, é um período a ser transcorrido de maneira muito articulada. Tem uma programação coordenada pela Seppir e pelo Ministério da Cultura, com a participação de vários organismos de governo, por meio de um Grupo de Trabalho Executivo (GTE)<sup>3</sup>. Este GTE deverá considerar a riqueza da diversidade nacional e internacional para dar seqüência à construção de caminhos criativos para a superação das desigualdades raciais. E ainda os investimentos deverão ser conjuntos entre o governo e a sociedade civil, a partir do campo da cultura, da política, da economia e da solidariedade sociorracial.

Os grandes destaques deste *Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial* serão: a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir); a Conferência sobre as Políticas de Igualdade Racial nas Américas; e a ampliação da Campanha da Diversidade.

<sup>1</sup> Trecho do poema *Viver de Poesia*, do livro *O Semelhante*, de Elisa Lucinda, Editora Pallas – Rio de Janeiro, 1996:36/37.

<sup>2</sup> Decreto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 31/12/2004.

<sup>3</sup> Composto por: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Saúde; Ministério da Educação; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Justiça; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Previdência Social; Ministério da Integração Nacional; Ministério das Comunicações; Ministério das Relações Exteriores; Ministério das Cidades; Ministério do Esporte; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério do Meio Ambiente; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.


É inegável que estes 21 meses de atuação deixaram marcas importantes no redesenho da política governamental na área da promoção da igualdade racial. Assim, este documento apresenta, além das tarefas realizadas, os desafios para o presente e para o futuro, pois 2005 deverá ser um período de fortalecimento das políticas em curso.

O relatório ora apresentado está dividido em três partes:

- (1) Construindo a Política de Promoção da Igualdade Racial
- (2) As Ações Desenvolvidas em 2004
- (3) Considerações Finais e Perspectivas para 2005

Esperamos que seja um instrumento de informação capaz de contribuir para o diálogo entre o governo federal, as demais instâncias da administração pública, a iniciativa privada, organizações não-governamentais e a sociedade civil. O foco deste diálogo deverá partir do monitoramento das ações em curso e do redirecionamento, sempre que necessário, das políticas de promoção da igualdade racial.

**Matilde Ribeiro**  
*Ministra da Secretaria Especial de  
Políticas de Promoção da Igualdade Racial*



***1 – Construindo a Política de  
Promoção da Igualdade Racial***





## 1.1 – A POLÍTICA NACIONAL DE IGUALDADE RACIAL

Em 21 de março de 2003, ao criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)<sup>4</sup>, o Governo Federal tornou explícitas as balizas para o enfrentamento da problemática racial, inaugurando uma nova era no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes do racismo, do preconceito e da discriminação raciais.

Esta medida representa um grande avanço, pois o País passa a contar com uma ação nacional consistente, tendo por base a construção da transversalidade nas políticas públicas. Esta ação integra, pela primeira vez na história, as prioridades do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007<sup>5</sup>, tendo por meta a redução das desigualdades raciais.

E é neste contexto, de desafios e ineditismos, que, em 20 de novembro de 2003, por meio do Decreto nº 4.886, institui-se a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR). A PNPIR fundamenta-se nos princípios da transversalidade, descentralização e gestão democrática.

O princípio da *transversalidade* refere-se à perspectiva de incorporação da equidade etnorracial às diversas iniciativas do Estado brasileiro, seja na área da economia, da saúde, da educação, da cultura, da justiça, da segurança e assim por diante. Já o princípio da descentralização diz respeito à inserção da PNPIR no sistema federativo, em atendimento à exigência fundamental da Constituição, bem como da própria distribuição das competências entre os entes federados, na qual o combate à pobreza e a inclusão social de segmentos historicamente excluídos é obrigação comum da União, Estados, Municípios e DF<sup>6</sup>. Pelo princípio da gestão democrática, aplicam-se à PNPIR os mecanismos necessários à legitimação dos programas e ações nela contidos junto à sociedade civil, não apenas na sua execução, mas também no controle social dessas políticas. A democracia como regime político pressupõe ampla participação da sociedade. Entretanto, em termos contemporâneos, essa participação também pressupõe, por sua vez, um determinado nível de organização autônoma a partir do qual a capacitação dos agentes sociais permite avaliação, proposição crítica e aferição do impacto das ações empreendidas pelo poder público.

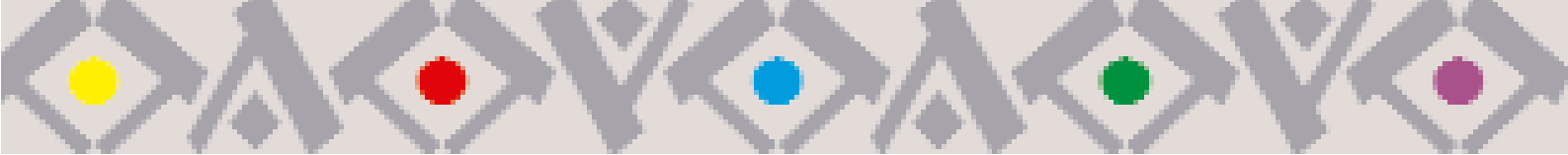
Com o intuito de assegurar medidas destinadas à promoção da igualdade racial, a PNPIR propõe ações exequíveis em longo, médio e curto prazos, com base em seis programas e ações programáticas: (1) implementação de um modelo de gestão da política de promoção da igualdade racial; (2) apoio às comunidades remanescentes de quilombos; (3) ações afirmativas; (4) desenvolvimento e inclusão social; (5) relações internacionais; (6) produção de conhecimentos.

Desses eixos programáticos, originam-se as prioridades de ação da Seppir, que, até 2004, foram:

<sup>4</sup> Medida provisória nº 111, de 21 de março de 2003, convertida na Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003.

<sup>5</sup> Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal que estabelece, de forma descentralizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal no período de quatro anos, promovendo a identificação clara dos objetivos e prioridades do governo. O planejamento econômico e social, expresso no PPA 2004-2007, contou, na fase de elaboração, com a participação tanto da sociedade civil quanto das várias esferas de Governo. Alguns dos problemas fundamentais abordados no Plano são: concentração da renda, exclusão social, desemprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos da grande maioria das famílias trabalhadoras.

<sup>6</sup> A Constituição Federal dispõe: "Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I – construir uma sociedade livre, justa e solidária (...) IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação." E, no art. 23, "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: X – combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos".



- (1) Política para remanescentes de quilombos
- (2) Desenvolvimento, trabalho e geração de renda
- (3) Educação e cidadania
- (4) Diversidade cultural e combate à intolerância religiosa
- (5) Saúde e qualidade de vida
- (6) Capacitação de gestores públicos e agentes sociais
- (7) Políticas de relações internacionais

Estas prioridades são executadas a partir da estrutura organizativa e de parcerias estabelecidas pelos vários órgãos da Secretaria.

## 1.2 – O MARCO INSTITUCIONAL

A Seppir é um órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para a promoção da igualdade e a proteção dos direitos dos grupos raciais e étnicos, com ênfase na população negra.

Sua estrutura está organizada da seguinte forma<sup>7</sup>:

I – órgãos de assistência direta e imediata ao Secretário Especial: Gabinete e Ouvidoria;

II – órgãos específicos singulares:

- a) Subsecretaria de Planejamento e Formulação de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;
- b) Subsecretaria de Políticas de Ações Afirmativas;
- c) Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais;

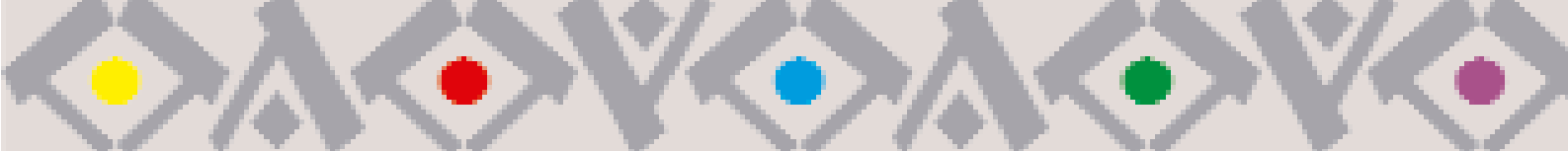
III – órgão colegiado: Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, presidido pela titular da Seppir/PR e coordenado por uma secretaria executiva.

As competências da Seppir são:

- a) formular, coordenar e acompanhar as políticas transversais do governo para a promoção da igualdade racial;
- b) promover o acompanhamento da implementação de legislação de ação afirmativa e definição de ações públicas que visem ao cumprimento dos acordos, convenções e outros instrumentos congêneres assinados pelo Brasil, nos aspectos relativos à promoção da igualdade e de combate à discriminação racial ou étnica;
- c) articular, promover e acompanhar a execução dos programas de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais voltados à implementação da promoção da igualdade racial;
- d) planejar, coordenar e avaliar o Programa Nacional de Ações Afirmativas.

Considerando-se o comprometimento da Seppir com o êxito da implementação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, torna-se cada vez mais necessário o trabalho conjugado com a sociedade civil e demais entes da Federação. Neste sentido, destaca-se a atuação conjunta ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e ao Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial.

<sup>7</sup> Em agosto de 2004, foi realizada uma reestruturação da SEPPIR, tendo como resultado o Decreto nº 5.197, que trouxe como inovação a Secretaria de Comunidades Tradicionais e a Ouvidoria.



O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), regulamentado por decreto<sup>8</sup>, é um órgão colegiado de caráter consultivo, cuja finalidade é: (a) propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da igualdade para a população negra e outros segmentos étnicos; (b) combater a intolerância, o preconceito e a discriminação racial; (c) reduzir as desigualdades raciais nos aspectos econômico e financeiro, social, político e cultural.

É composto por 18 ministérios e 23 entidades sociais, entre as quais as de representação das populações negra, indígena, cigana, judaica, árabe e palestina. Também fazem parte do CNPPIR três personalidades notoriamente reconhecidas no âmbito das relações raciais<sup>9</sup>.

Além das reuniões ordinárias e extraordinárias do CNPPIR, foram realizados encontros visando à integração das entidades deste conselho, assim como a definição da forma de funcionamento conjunto: a) representações raciais e étnicas – Associação de Preservação da Cultura Cigana (Apreci), Instituto Indígena Brasileiro (Warã) e Confederação Israelita do Brasil (Conib), Confederação Árabe Palestina no Brasil (Copal); b) demais grupos sociais – Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert), Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

As formulações resultantes destes encontros serão incorporadas a um plano de ação conjunta em 2005 e 2006<sup>10</sup>, entre entidades sociais e governos, que objetiva o fortalecimento da busca por igualdade de direitos e oportunidades, a partir das perspectivas de trabalho conjunto com os demais grupos discriminados do ponto de vista racial e étnico.

Ressalta-se que uma das grandes tarefas do CNPPIR, em 2005, será a realização, conjuntamente com a Seppir, da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir)<sup>11</sup>.

O CNPPIR constitui-se, desta forma, em um espaço privilegiado de articulação e concertação entre governo e sociedade civil.

Em 27 de maio de 2004, com o propósito de consolidar estratégias de promoção da igualdade racial e fortalecer o trabalho conjunto entre os governos federal, estaduais e municipais que possuam organismos similares à Seppir, foi criado o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir).

O Fipir representa uma ação coordenada, de livre adesão, que conta com o apoio da Fundação Friedrich Ebert Stiftung (Ildes) e do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Até dezembro de 2004, aderiram ao Fipir, 36 municípios e 10 governos estaduais<sup>12</sup>. Seus eixos estratégicos de ação são: Educação e cidadania; Desenvolvimento, Trabalho e Geração de Renda; e Saúde e Qualidade de Vida.

Os objetivos do Fipir são: (a) construir e/ou ampliar formas de capilaridade da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial; (b) fortalecer a transversalidade da promoção da igualdade racial nas políticas públicas; (c) promover a troca de

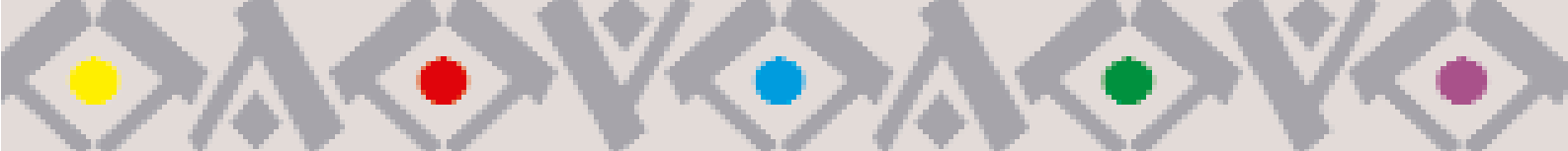
<sup>8</sup> Decreto nº 4.885, de 20/11/2003.

<sup>9</sup> A relação dos membros integrantes do CNPPIR encontra-se no anexo B.

<sup>10</sup> Estas propostas encontram no anexo G.

<sup>11</sup> A 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (1ª Conapir), convocada pelo Presidente da República pelo Decreto de 23 de julho de 2003, representa um marco para o debate sobre as relações raciais no contexto nacional, vinculado às deliberações internacionais, e constitui-se num momento privilegiado para a unificação de esforços entre Estado e sociedade civil na busca de superação das desigualdades raciais. O tema central da conferência será: "Estado e Sociedade – Promovendo a Igualdade Racial". O processo preparatório dar-se-á em conferências municipais ou regionais e estaduais. A Conferência Nacional será realizada nos dias 30 de junho, 1º e 2 de julho de 2005. Mais informações estão descritas no capítulo 3 deste relatório.

<sup>12</sup> A relação dos membros do Fipir encontra-se no Anexo C.



experiências e a articulação entre os organismos, identificando experiências comuns; (d) contribuir para o fortalecimento dos órgãos similares à Seppir, buscando reconhecimento político nas estruturas institucionais existentes; (e) envolver os municípios e estados na organização da 1ª Conapir, estimulando a realização de plenárias municipais e regionais e as conferências estaduais.

Entre as atividades desenvolvidas no âmbito do Fippir, destacamos o enfoque dado à área da Educação, com vistas à implementação da Lei nº 10.639, assinada pelo Presidente da República em 9/1/2003, que prevê a inserção da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio no sistema público e privado.

O trabalho foi desenvolvido com a realização de reuniões sistemáticas dos gestores (em Brasília, num total de três por ano) e também de atividades locais. Tivemos como destaque os Seminários Técnicos de Promoção da Igualdade Racial, que foram realizados em 3 estados e 29 municípios, atingindo 2.080 participantes, entre gestores e educadores, com o objetivo de fortalecer as ações em âmbito local.

### 1.3 – AS PARCERIAS

Ainda em busca do cumprimento dos princípios da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), em particular da gestão democrática, e também de criar condições para a ampliação da capacidade de intervenção da Seppir, foram estabelecidos convênios com organizações governamentais e não-governamentais, termos de cooperação técnica com agências do sistema ONU e termos de compromisso e cooperação técnico-financeira com empresas e instituições públicas e privadas<sup>13</sup>.

Essas diversas formas de parcerias auxiliam a Seppir na disseminação da proposta de transversalidade e na inclusão da perspectiva de igualdade racial nas políticas do governo federal. Essas iniciativas configuram-se em esforços somados às ações já empreendidas pela Seppir, que envolvem diversos segmentos comprometidos com a superação das desigualdades raciais.

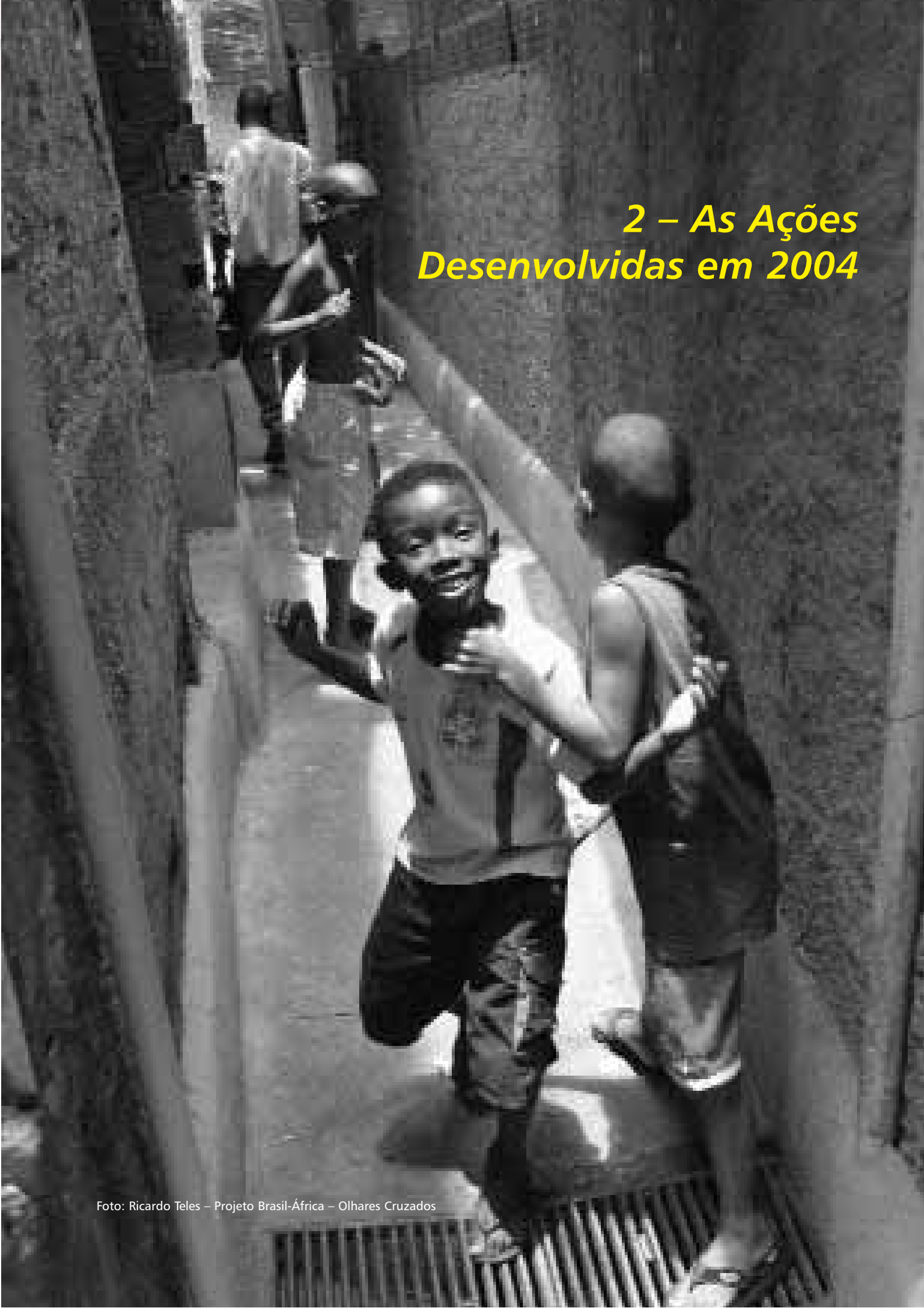
Os convênios firmados diretamente entre Seppir e as instituições e organizações que implicam repasse de recursos absorveram R\$5.697.815,39 (cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitocentos e quinze reais e trinta e nove centavos) do orçamento desta secretaria.

Já por meio de termos de compromisso e cooperação técnico-financeira com empresas públicas e privadas, foram agregados novos valores orçamentários, como forma de captação de recursos que foram destinados às entidades parceiras em financiamento direto às ações desenvolvidas.

Nestes casos, a Seppir exerce o papel de estimuladora e apoiadora da iniciativa, contribuindo na captação de recursos e articulação de interesses entre as partes que estabelecem convênios específicos. Cabe ainda a elaboração conjunta dos projetos e programas e o monitoramento das atividades.

Desta forma, busca-se garantir a capilaridade e ampliação das ações junto a estados e municípios, assim como a diversos setores da sociedade civil. Trata-se de uma estratégia eficaz, que carece, entretanto, de aprimoramento da metodologia de monitoramento e avaliação das experiências realizadas.

<sup>13</sup> As Relações de Parcerias estabelecidas encontram-se nos anexos D e E.



## *2 – As Ações Desenvolvidas em 2004*



## 2.1 – PROGRAMA BRASIL QUILOMBOLA

O Programa Brasil Quilombola foi lançado parcialmente em 12 de março de 2004, por meio da Ação Kalunga<sup>14</sup>; e integralmente em 14 de dezembro de 2004, por meio da Audiência Pública sobre Políticas para Quilombo<sup>15</sup>, tendo sido concebido desde 2003, com base no Decreto nº 4.887/03. Este programa abrange as ações governamentais para as comunidades remanescentes de quilombos por meio de articulações transversais, setoriais e interinstitucionais, com ênfase na participação da sociedade civil.

Este programa atinge 1.800 comunidades quilombolas que foram mapeadas até o final de 2004<sup>16</sup>, e tem como prioridade a implementação de políticas públicas específicas para estas comunidades, estabelecendo uma metodologia que permita o desenvolvimento sustentável e respeite as particularidades culturais dessa população. Estas políticas devem assegurar a titulação e permanência na terra; documentação; moradia adequada; alimentação; educação; saúde; esporte e lazer; serviços de infraestrutura; telecomunicações; entre outros direitos, em busca de efetivar a melhoria da qualidade de vida dos quilombolas.

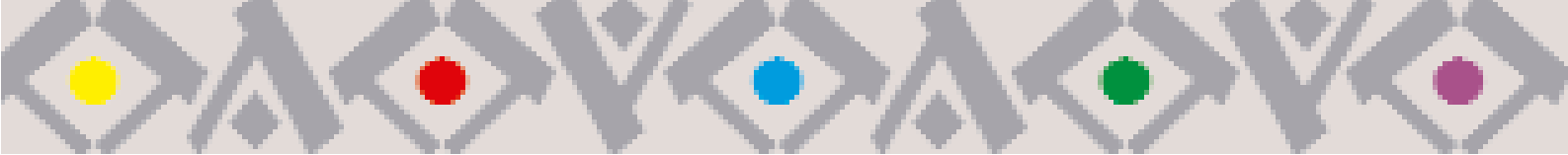
A coordenação geral do Programa Brasil Quilombola está a cargo da Seppir, por meio da Subsecretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. Para o monitoramento das ações do conjunto do governo federal, foi formada uma coordenação colegiada composta pelos seguintes órgãos: Seppir; Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) conjuntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado a este ministério; Ministério da Cultura (MinC), conjuntamente com a Fundação Cultural Palmares (FCP), vinculada a este ministério; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); e a Casa Civil da Presidência da República. Ainda participam das ações os seguintes órgãos do governo federal:

Ministério da Ciência e Tecnologia  
Ministério da Defesa,  
Ministério da Educação  
Ministério da Integração Nacional  
Ministério da Justiça  
Ministério da Previdência Social  
Ministério da Saúde  
Ministério das Cidades  
Ministério das Comunicações  
Ministério do Esporte  
Ministério do Meio Ambiente  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Ministério do Trabalho e Emprego  
Ministério do Turismo  
Ministério de Minas e Energia

<sup>14</sup> Ação composta por vários ministérios e os governos do estado de Goiás e dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás.

<sup>15</sup> Esta Audiência Pública sobre Política para Quilombos foi realizada no auditório do Ministério da Justiça, contando com a presença de aproximadamente 300 quilombolas e representantes do governo federal e da sociedade civil.

<sup>16</sup> Até 2002 o governo federal havia mapeado 743 comunidades, por meio de levantamentos coordenados pela Fundação Cultural Palmares. No período de 2003 e 2004, foram mapeadas 1.800 comunidades a partir da intervenção local do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca  
Secretaria Especial de Direitos Humanos  
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Conta-se também com a atuação de governos estaduais e municipais, além de empresas privadas e de economia mista e entidades da sociedade civil. Destaca-se a participação de associações quilombolas, as principais fontes de informação e definição das demandas. Herdeiras deste verdadeiro patrimônio histórico em que se constituem os quilombos, elas exercitam cada vez mais seu protagonismo.

### 2.1.1 – Ação Kalunga

A Ação Kalunga constituiu-se num trabalho conjunto entre vários ministérios, para o atendimento às comunidades remanescentes de quilombos localizadas nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. No ato de lançamento, foram assinados os documentos abaixo relacionados:

- Convênio entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura de Cavalcante para execução do sistema de abastecimento de água<sup>17</sup>.
- Protocolo de Intenções entre o Ministério do Esporte e o Governo de Goiás para a promoção de práticas esportivas.
- Convênio entre a União, por intermédio do Ministério da Saúde, a Fundação de Apoio ao Hospital das Clínicas da UFG e o Estado de Goiás, para capacitação dos agentes comunitários de saúde, atendimento oftalmológico, doação de colírios e óculos.
- Termo de Subvenção Econômica entre o Ministério de Minas e Energia, por intermédio da Celg, para instalação de rede de eletrificação rural.
- Acordo de Cooperação para a definição de ações de moradia quilombola, entre os governos federal e estadual.
- Termo de Cooperação Técnica entre o governo federal e o governo estadual de Goiás, visando à regularização fundiária, à infra-estrutura da região e à integração social política, econômica e cultural.
- Escritura particular de transferência gratuita de direito de posse, que o Estado de Goiás, como doador-cedente, faz a favor da Associação do Quilombo Kalunga como donatária-cessionária (termo de doação).

Assim, os resultados práticos desta ação, no ano de 2004, foram:

- Inauguração do escritório regional do Inkra no município de Cavalcante, com o objetivo de agilizar os procedimentos de regularização fundiária.
- Capacitação de agentes para triagem em todos os quilombolas na “Campanha Saúde Ocular ao Alcance de Todos”. Os resultados foram: 830 consultas oftalmológicas, 72 cirurgias de glaucoma e retinopatia e distribuição de 420 óculos.

<sup>17</sup> As ações da Funasa, na Comunidade Kalunga de Goiás, são desenvolvidas em parceria com o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal, a Agência Goiana de Habitação (Aghab), a Fundação Cultural Palmares (MinC) e a Fundação Universidade de Brasília (Fubra).



- Distribuição de *kits* para higiene bucal e ação de prevenção odontológica, executada pela Secretaria de Saúde do Estado de Goiás.
- Inauguração de 5 tele-salas nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Este projeto foi fruto da parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Multiplicar e beneficiou 120 alunos.
- Instalação de 4 transformadores com potência de 55kVA e instalação interna em 44 domicílios. O projeto continua até o final de 2006, para fazer a eletrificação de todas as casas da comunidade, em parceria com o Ministério das Minas e Energia e Centrais Elétricas de Goiás (Celg).
- Construção de uma ponte (em desenvolvimento), dentro de Cavalcante, ligando a comunidade do Vão do Moleque à sede do município.
- Início da construção de unidades habitacionais (previsão de 400 novas e reforma de 800, em benefício de cerca de 6 mil quilombolas.
- Inclusão das lideranças quilombolas em atividades de capacitação política.

### 2.1.2 – Regularização fundiária

A regularização fundiária das terras ocupadas histórica e culturalmente pelos quilombolas é uma reivindicação secular. O vínculo com a terra é um dos aspectos mais fortes e centrais nas comunidades, pois este vínculo garante a manutenção da cultura, da ancestralidade, das tradições e o desenvolvimento socioeconômico dos quilombolas. Neste sentido, compete à Seppir acompanhar e assistir os procedimentos técnicos para a regularização, executados pelo MDA/Incra.

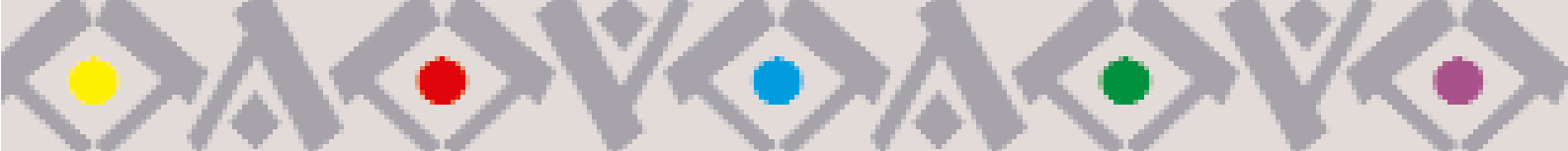
O Ministério do Desenvolvimento Agrário/Incra estabeleceu que, entre 2004 e 2006, seriam tituladas 124 comunidades. Até o momento, foram concluídos dois processos de regularização fundiária em três comunidades localizadas no estado do Pará: Bela Aurora, Paca e Aningal, respectivamente nos municípios de Viseu e Cachoeira do Piriá. Sendo assim, restam 122 comunidades a ser regularizadas<sup>18</sup>.

A Fundação Cultural Palmares (FCP) encaminhou ao Incra cópia de 45 processos administrativos de comunidades já com procedimentos adotados anteriormente ao Decreto 4.887. Além disso, foram emitidos pela FCP 267 certificados de identificação e reconhecimento de comunidades quilombolas em todo o Brasil (concedidos a partir da autodeclaração das comunidades)<sup>19</sup>, de acordo com a seguinte distribuição:

CERTIDÕES EMITIDAS POR REGIÃO		
REGIÃO	ESTADO	NÚMERO DE CERTIDÕES
NORDESTE	BA	31
	CE	2
	MA	161
	PE	5
	PB	2
	PI	2
	SE	2
	Subtotal	205

<sup>18</sup> A relação destas comunidades encontra-se no Anexo F-1.

<sup>19</sup> A relação destes certificados encontra-se no Anexo F-2.



CERTIDÕES EMITIDAS POR REGIÃO		
REGIÃO	ESTADO	NÚMERO DE CERTIDÕES
SUL	RS	11
	SC	3
	PR	1
	Subtotal	15
REGIÃO	ESTADO	NÚMERO DE CERTIDÕES
CENTRO-OESTE	GO	2
	Subtotal	2
REGIÃO	ESTADO	NÚMERO DE CERTIDÕES
SUDESTE	ES	1
	MG	16
	RJ	5
	SP	1
	Subtotal	23
REGIÃO	ESTADO	NÚMERO DE CERTIDÕES
NORTE	PA	20
	RO	1
	TO	1
	Subtotal	22
	<b>TOTAL</b>	<b>267</b>

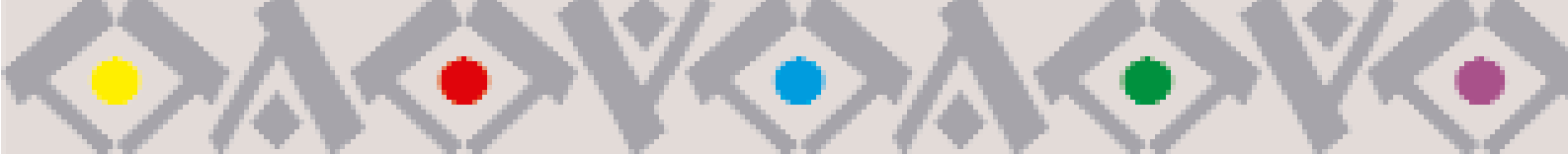
### 2.1.3 – Segurança Alimentar e Bolsa Família

Dada a situação socioeconômica das comunidades quilombolas, a implementação de ações voltadas para a Segurança Alimentar é central para garantir condições dignas de acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente.

Para enfrentar este desafio, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Fundação Cultural Palmares (MinC), com o apoio da Seppir, atuaram em parceria no âmbito do Programa Fome Zero<sup>20</sup>.

Inicialmente, foram implementadas ações estruturantes na área de artesanato, pesca e agricultura. Enquanto as demais iniciativas eram viabilizadas, foram distribuídas 12.654 cestas básicas, em 21 Unidades da Federação, beneficiando 5.979 famílias pertencentes a 127 comunidades quilombolas entre as 743 identificadas pela Fundação Cultural Palmares, até 2002. As comunidades foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: número de famílias; acesso e distância às sedes dos municípios; renda *per capita*; número de famílias monoparentais; índice de mortalidade infantil; áreas de conflitos fundiários; e número de famílias com filhos de zero a seis anos.

<sup>20</sup> Esta ação iniciou-se em 2003, mesmo antes da criação da Seppir.



Ainda num espaço concentrado, o *Programa Bolsa Família* cadastrou 266 comunidades no Maranhão, atingindo aproximadamente 12.996 (doze mil novecentas e noventa e seis) famílias. O término desta operação e a entrega dos cartões magnéticos para as famílias que farão parte do Programa estão previstos para o início de 2005.

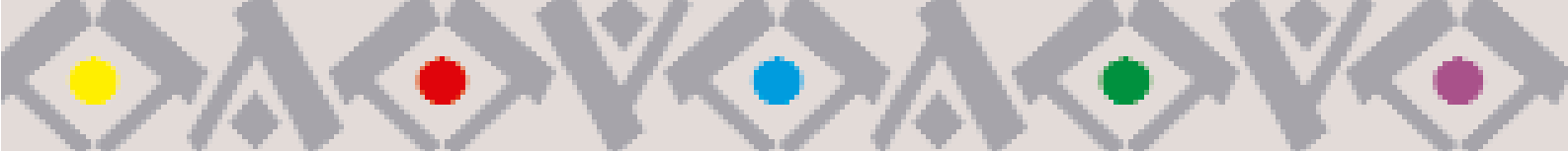
#### 2.1.4 – Desenvolvimento e geração de renda

O Desenvolvimento Sustentável abrange aspectos culturais, sociais, ambientais e materiais das comunidades quilombolas. A partir das especificidades locais, esta ação busca promover a melhoria da qualidade de vida, a ampliação da capacidade de produção e o aprimoramento de experiências de geração de renda. Assim, destacam-se algumas realizações:

- Implementação de projetos de Geração de Renda  
*Parceiros:* Seppir, MDS e a Petrobras  
*Público:* 11 comunidades quilombolas<sup>21</sup>, com prioridade para comunidades que agregam potencial para se tornarem referências nas regiões;
- Cultivo de Oleoginosas para produção de Biodiesel  
*Parceiros:* Governo do Estado do Piauí, Empresa Brasil Ecodiesel, Associação Estadual Quilombola e Embrapa  
*Público:* 17 comunidades quilombolas do Estado do Piauí <sup>22</sup>;
- Instalação de cooperativa para produção de Óleo Vegetal e outras atividades econômicas próprias da região  
*Parceiros:* Prefeituras Municipais de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Nova Fronteira e a Associação Quilombola de Kalunga.  
*Público:* Quilombolas da Comunidade Kalunga/GO;
- Implantação de cooperativa de Agroindústria  
*Executora:* Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
*Público:* 150 mulheres quilombolas na comunidade Kalunga/GO;
- Beneficiamento da castanha-do-pará em sistema de exploração comunitário  
*Parceiros:* Comissão Pró-Índio/SP e Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná/PA.  
*Público:* Comunidades da região do Rio Trombetas/PA.

<sup>21</sup> Comunidades: Fazenda Machadinha, no município de Quissamã, e Campinho da Independência, no município de Parati, ambas no estado do Rio de Janeiro; Castainho, no município de Garanhuns, estado de Pernambuco; Itamatatua, no município de Alcântara, estado do Maranhão; Ivaporunduva, no município de Eldorado, estado de São Paulo; Mocambo, no município de Porto da Folha, estado de Sergipe; Jamarý, no município de Oriximiná, no estado do Pará; Barra do Brumados, no município do Rio das Contas, estado da Bahia; Sumidouro e Tapuio, no município de Queimada Nova, estado do Piauí; e Kalunga, no estado de Goiás.

<sup>22</sup> Comunidades: Mimbó, São Félix dos Pretos, Olho d'Água dos Pretos, São Domingos, Vargem Doce, Tapuio, Queimada Nova, Macacos, Mendes, Aldeota, Brejão, Aroeira, Campo Grande, Nego do Mato ou Amarra Nego, Peador, Salinas e Angicos.



As iniciativas de geração de renda nas comunidades quilombolas almejam a sua auto-sustentação e o fortalecimento da produção mediante o associativismo e cooperativismo.

Inicialmente, foi realizada a capacitação de 46 lideranças quilombolas, em Economia Solidária, com o objetivo de implementar projetos de desenvolvimento sustentável e geração de renda, por meio de uma parceria entre a Seppir, o MDS, o MDA e a *Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho e Emprego*.

Os participantes constituíram a 1ª Turma de Agentes de Etnodesenvolvimento Quilombola e deverão apresentar os projetos de implementação de processos de economia solidária em suas comunidades, até o primeiro semestre de 2005.

Este conjunto de ações possibilita uma nova oportunidade de integração econômica dessas comunidades e fortalece a produção coletiva, constituindo-se em alternativa de desenvolvimento que valoriza os aspectos tradicionais desses grupos.

### 2.1.5 – Saúde e saneamento básico

O estímulo às ações na área de saúde para as comunidades quilombolas é fundamental, tendo em vista as condições precárias de vida e a constante violência física e psicológica a que está submetida esta população negra.

Em busca da garantia do atendimento à saúde, o Ministério da Saúde aumentou o valor atual do repasse para o *Programa Saúde da Família* aos municípios que possuem quilombos, num total de 315 municípios, o que gerou um aumento de 50% no valor dos incentivos para *Saúde da Família* e *Saúde Bucal*. Este atendimento também incluiu equipes de saúde bucal. A medida, estabelecida por meio da Portaria nº 1434, de 14 de julho de 2004, leva em consideração a dificuldade de acesso da população quilombola aos serviços de atenção à saúde e também a necessidade de expansão da assistência em localidades nunca antes atendidas pelas ações do Programa Saúde da Família.

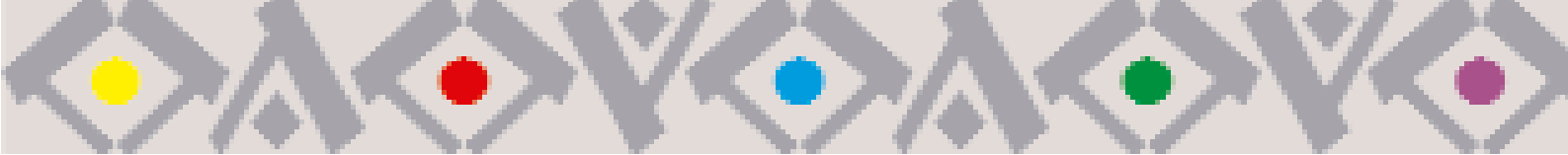
Por intermédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para 2004 foram previstas ações de saneamento básico em comunidades quilombolas de onze estados: Goiás, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraíba, Espírito Santo, Pará, Bahia e Tocantins.

Nesses locais estão sendo também concluídas as obras de abastecimento de água e melhorias sanitárias domiciliares, que beneficiam cerca de 2.500 famílias. As comunidades são: Kalunga (Goiás), Conceição das Crioulas (Pernambuco), Graça de Deus (Maranhão), Buriti do Meio (Minas Gerais), Furnas da Boa Sorte (Mato Grosso do Sul), Lagoa da Pedra (Tocantins), Ivaporanduva e Pedro Cubas (São Paulo) e Caiana dos Crioulos (Paraíba).

Foram realizadas Oficinas de Mobilização Social e Educação em Saúde junto às comunidades Kalunga (municípios Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante), com o objetivo de formar um comitê composto por 11 agentes comunitários que darão continuidade ao processo de mobilização para a efetivação dos projetos de saneamento. O projeto de Melhorias Sanitárias Domiciliares, orçado em R\$2,8 milhões pela Funasa, prevê a construção de 1.200 banheiros nas comunidades quilombolas dos municípios goianos.

### 2.1.6 – Infra-estrutura

As comunidades quilombolas foram incluídas no *Programa Luz para Todos*, do Ministério de Minas e Energia (MME), tendo sido realizada a eletrificação rural em 29



comunidades que não dispunham deste serviço e constavam da relação de áreas prioritizadas pelo governo federal. A previsão é de atendimento integral a todas as áreas quilombolas até dezembro de 2006.

A partir de uma parceria entre Funasa, Ministério das Cidades e Seppir, prevê-se o desenvolvimento do Programa de Habitação e Saneamento para Quilombos. O projeto será viabilizado por intermédio da criação de um segmento do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH), gerido pelo Ministério das Cidades. Serão investidos, na primeira etapa, R\$27 milhões, sendo R\$21 milhões provenientes de recursos do Ministério das Cidades e mais R\$6 milhões da Funasa. O programa prevê, para 2005, a execução integrada de ações de moradia e saneamento em 4 mil unidades habitacionais quilombolas, melhorando as condições de vida de aproximadamente 25 mil pessoas nas comunidades já identificadas pelo governo federal.

Numa parceria com o Ministério da Defesa e o Ministério de Integração Nacional, por intermédio do Departamento de Engenharia do Exército, estão em elaboração projetos de construção de pontes nas comunidades de Kalunga, em Goiás, e Ivaporunduva, em São Paulo.

### 2.1.7 – Educação, esporte e cultura

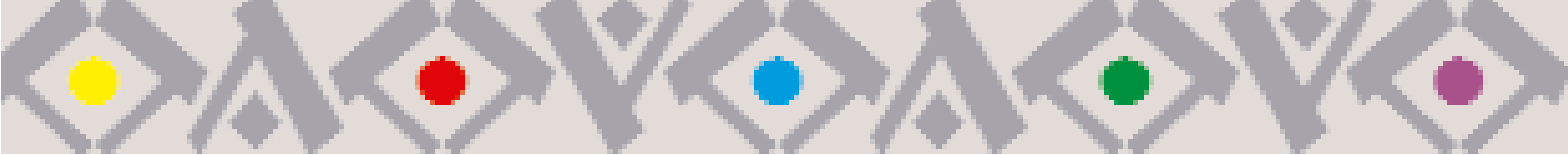
A educação como instrumento de inclusão social tem sido uma meta da política voltada para as populações tradicionais, com ênfase para quilombolas e indígenas.

Uma das ações empreendidas está sendo executada em parceria com a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Multiplicar. Estão sendo implantadas as estruturas necessárias para que comunidades quilombolas tenham acesso ao telecurso, o que permite ampliar ações educacionais e de capacitação. Até o momento, existem seis tele-salas desenvolvendo ações no campo da Educação de Jovens e Adultos e Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). São beneficiados pelo projeto 120 alunos das comunidades: Cavalcante – três tele-salas na Comunidade Engenho II; Teresina de Goiás – duas tele-salas nas Comunidades Ema e Diadema; Monte Alegre – uma tele-sala na Sede, ou seja, na Escola Municipal.

No âmbito do *Programa Brasil Alfabetizado*, foi firmado um acordo entre a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC para erradicação do analfabetismo em comunidades quilombolas do Rio de Janeiro. Esta ação deve ser estendida para outros estados.

O Programa de Educação Quilombola da Secad/MEC apoiou ações de formação continuada de professores, produção de materiais didáticos, construção e fornecimento de equipamentos para as escolas situadas em comunidades quilombolas. A Secad descentralizou recursos, num montante de R\$807.568.20, para os municípios de Santarém e Oriximiná no Pará, Senhor do Bonfím, Muquém de São Francisco e Campo Formoso na Bahia, Garanhuns no Pernambuco, Nossa Senhora do Livramento no Mato Grosso, Corguinho no Mato Grosso do Sul e Quatis no Rio de Janeiro.

A garantia de acesso ao esporte recreativo e ao lazer faz parte de uma linha de ação prioritária para a formação dos jovens como cidadãos e para estimular as relações sociais. Para isso, buscou-se a implantação e construção de centros de lazer e quadras esportivas nas comunidades quilombolas. Está em fase de finalização a construção de



sete obras de infra-estrutura esportiva, na comunidade Kalunga/GO, em parceria com o Ministério dos Esportes.

Foi iniciado, também, o Projeto Quilomboaxé, uma iniciativa da Seppir, que visa a desenvolver parcerias com a perspectiva de divulgação da história e cultura dos quilombos a partir do intercâmbio entre cantoras e cantores de música popular brasileira e os quilombos, destacando a cultura local. O principal objetivo é contribuir com a visibilidade da cultura e história destas comunidades, respeitando sua história e suas formas de subsistência.

### **2.1.8 – Participação e controle social**

As ações voltadas para fortalecer a participação e o controle social das comunidades quilombolas são voltadas à efetivação da cidadania, o que possibilita a inserção das lideranças comunitárias quilombolas como atores políticos no diálogo com entidades governamentais e civis e o fomento das organizações coletivas.

Assim, foi iniciada, em 2004, a *Capacitação de 70 lideranças quilombolas, das 54 comunidades priorizadas no Programa Brasil Quilombola*.

Em parceria com o projeto “Ação Global” (Rede Globo/Sesi), a Seppir participou, no dia 6 de novembro, das atividades em Macapá/AP. Foi promovido um encontro com mil quilombolas de 34 comunidades, a partir do desenvolvimento de ações culturais, prestação de serviços, consultas odontológica e oftalmológica e emissão de documentos. Nesse encontro, foi firmado o Protocolo de Intenções entre a Seppir, a Eletronorte, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e a Prefeitura Municipal de Macapá, para a realização de ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população quilombola.

### **2.1.9 – Produção de conhecimento**

Está em elaboração um Diagnóstico Socioeconômico das 54 comunidades quilombolas priorizadas pelo governo federal. O intuito é ampliar as informações disponíveis sobre a realidade dos quilombolas, para que haja maior precisão na definição das políticas públicas destinadas a esta população.

Faz parte desse processo a utilização de informações oficiais já existentes para ampliar o conhecimento acerca dessa realidade. Para tanto, foi demandado que o IBGE, em convênio com a Seppir, realize uma pesquisa censitária, a partir da base de dados de 2000, que forneça o suporte necessário para a construção do Censo Quilombola em 2010. Esse levantamento é de suma importância para a implementação de políticas públicas específicas.

### **2.1.10 – Visitas Técnicas e Monitoramento**

Além do contato sistemático dos gestores da Seppir com as comunidades quilombolas, nas localidades, foram realizadas também visitas técnicas contando com a presença da Ministra da Seppir; técnicos e gestores de diversos ministérios; instituições públicas e privadas; e representações de movimentos sociais. As comunidades envolvidas foram:

- Ivaporanduva, no município de El Dorado/SP;
- Mamuna, Peru e Itamatatiua, no município de Alcântara/MA;
- Saracura, no município de Santarém/PA;
- Bacabal, no município de Oriximiná/PA;
- Lagoa dos Índios e Curiaú, no município de Macapá/AP;
- Vila Bela da Santíssima Trindade/MT;
- Mata-Cavalo, no município de Santana do Livramento/MT;
- Felipa, no município de Itapecuru-Mirim/MA;
- Kaonje, no município de Santiago do Iguape/BA;
- Kalunga, nos municípios de Terezina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre/GO.

Essas visitas foram realizadas com o objetivo de aprofundar conhecimentos, dialogar com representantes das comunidades e monitorar as ações em curso.

#### **2.1.11 – Ações parlamentares**

A Seppir acompanhou, via Assessoria Parlamentar, o processo de definição orçamentária para o ano de 2005, que teve como resultado a aprovação, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, de emendas: (1) dirigida ao Estado do Amapá, no valor de R\$2.560.000,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta mil reais), para regularização fundiária das terras ocupadas por remanescentes de quilombos; (2) um conjunto de três emendas, totalizando R\$2.594.000,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil reais), destinado ao fomento e desenvolvimento sustentável para as comunidades remanescentes de quilombos.

Diante deste resultado, devem-se desenvolver ações para a garantia do recurso orçamentário e financeiro no ano de 2005.

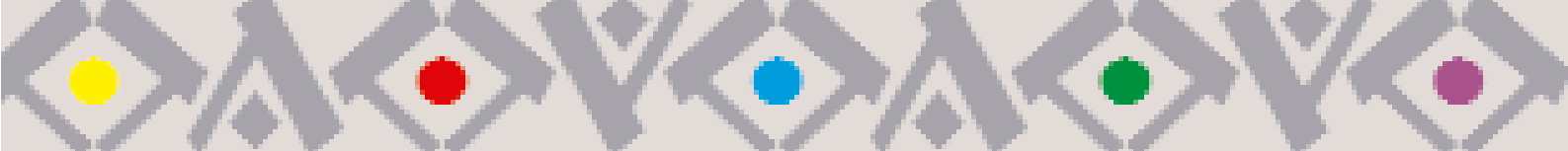
### **2.2 – POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS**

#### **2.2.1 – Inclusão com desenvolvimento econômico para a população negra**

Visando a contribuir com a ampliação da participação da população negra no mercado de trabalho e nos programas de geração de emprego e renda, propiciando desenvolvimento social e econômico sustentável, foram desenvolvidas diversas ações em parceria com organismos do governo federal, particularmente com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Com a criação da Comissão Tripartite pela Igualdade e Oportunidade de Gênero e Raça no Trabalho, instituída em 20/8/2004, por meio de Decreto Presidencial, a proposição para política de trabalho e emprego foi redimensionada. Esta comissão, presidida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e integrada pela Seppir, pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Planejamento (MP) é composta por 48 integrantes, entre titulares e suplentes, que representam diversas instituições públicas, privadas e não-governamentais.

Os objetivos são promover políticas públicas de igualdade de oportunidades e de tratamento e de combate a todas as formas de discriminação de gênero e raça, no emprego e na ocupação, tendo por base a implementação da Convenção 111 da



OIT<sup>23</sup>. Esta Convenção só teve seu processo de implementação em 1992, a partir da denúncia formalizada por representantes dos trabalhadores, por intermédio da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Tendo em vista a importância desta Convenção para as políticas de trabalho e emprego, constitui-se numa das principais perspectivas de trabalho da Comissão Tripartite pela Igualdade e Oportunidade de Gênero e Raça no Trabalho.

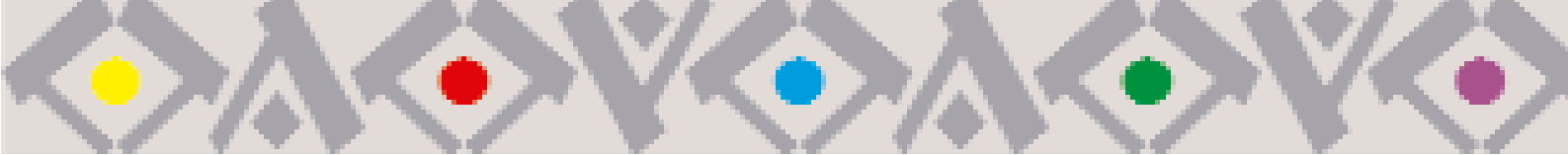
Na relação direta com o MTE, vale ressaltar as seguintes ações:

- Programa Primeiro Emprego. Este programa busca promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens entre 18 e 25 anos em situação de maior exclusão social, dos quais os jovens negros representam a maioria. O programa é desenvolvido pelos Consórcios Sociais da Juventude em diversas regiões do país, e em 2004, foram atendidos 6.811 jovens, sendo 4.035 negros, 59,24% dos participantes. Em dezembro de 2003, a Seppir e o MTE assinaram um Termo de Cooperação Técnica com o objetivo de inserir o recorte racial e ampliar a participação de jovens negros. Esta iniciativa abriu possibilidades para a disseminação de ações de promoção da igualdade racial nas mais variadas áreas de atuação do MTE.
- Programa de Qualificação e Requalificação Profissional. Este programa tem como principal objetivo a promoção da melhoria das condições de trabalho e renda, com ênfase no trabalho doméstico, devido ao grande contingente de mulheres negras nesta categoria<sup>24</sup>. Em abril, foi lançado, em conjunto com o MTE, em reunião ordinária do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), um estudo sobre as Condições de Vida das Trabalhadoras Domésticas, realizado pela OIT. A partir daí, várias iniciativas foram desencadeadas. Em 17 de novembro, realizou-se Audiência Pública sobre Trabalho Doméstico, com o propósito de elaborar uma proposta integrada de qualificação social e profissional, capaz de promover a elevação da escolaridade, proteção social e o fortalecimento de representação das trabalhadoras domésticas. Estamos finalizando a formatação do *Programa Nacional das Trabalhadoras Domésticas*, que tem o objetivo de intervir nas condições de trabalho da categoria, estimular o debate, promover a revisão da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e estudar a legislação de edificação das dependências domésticas junto ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (Confea).
- Programa Brasil, Gênero e Raça. Este programa busca identificar práticas discriminatórias nas relações de trabalho a partir das Delegacias Regionais do

<sup>23</sup> A Convenção 111 diz respeito à discriminação em matéria de emprego e profissão. Desde 1965, o Brasil assumiu o compromisso de "formular e aplicar uma política nacional que tenha por fim promover, por métodos adequados às circunstâncias e aos usos nacionais, a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e profissão"

<sup>24</sup> Segundo o boletim DIEESE Edição Especial de 20/11/2004, "A maior incorporação de mulheres negras, comparativamente às não-negras no serviço doméstico, é mais um traço da desvantajosa situação em que se encontram as afro-descendentes. De fato, entre as regiões analisadas, exceto em Salvador, onde apenas 6,7% das não-negras encontram-se em emprego doméstico, parece predominar um determinado padrão na concentração das mulheres não-negras nesta atividade- em torno de 13%. Já entre as negras, a incorporação do emprego doméstico ficou, no biênio 2001-2002, sempre em patamares superiores aos 20%, chegando a alcançar, nas áreas metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, respectivamente, 33,6% e 30%" página 25. Referência [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).





Trabalho, por intermédio dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação<sup>25</sup>. Atualmente, estão instalados 75 Núcleos nas Delegacias Regionais de Trabalho (DRTs), encarregados de coordenar ações de combate à discriminação em matéria de emprego e profissão. Os núcleos são constituídos por representantes da Comunidade no Estado – ministério público, defensoria, conselhos estaduais e municipais, sindicatos, empresas, universidades, associações, organizações não-governamentais representativas de mulheres, negros, indígenas, portadores de deficiência etc. Faz parte das atribuições dos núcleos: (1) instituir programas educativos que garantam a aplicação das políticas de promoção da igualdade de oportunidades, em matéria de emprego e profissão; (2) propor estratégias e ações que visem a eliminar a discriminação e o tratamento degradante e que protejam a dignidade da pessoa humana, em matéria de trabalho; e (3) acolher denúncias de práticas discriminatórias no trabalho, buscando solucioná-las de acordo com os dispositivos legais e, quando for o caso, encaminhá-las ao Ministério Público do Trabalho.

Para fortalecer o trabalho, junto às DRTs, dos Núcleos de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Combate à Discriminação, implementamos, em parceria com a OIT, o projeto “Desenvolvimento de uma Política Nacional para a Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação e Promover a Igualdade Racial no Brasil, que será denominado, a partir de agora, de Igualdade Racial.

O objetivo do Projeto Igualdade Racial é contribuir para a eliminação da discriminação racial no mercado de trabalho e para a redução das desigualdades socioeconômicas entre brancos e negros, com foco na situação de maior vulnerabilidade das mulheres negras. Uma das estratégias adotada diz respeito ao fortalecimento das capacidades institucionais dos núcleos mediante apoio técnico, formação e acompanhamento dos casos de discriminação.

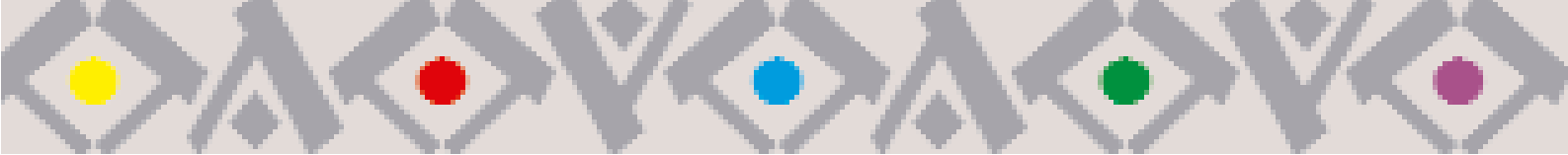
No âmbito deste Programa, foi criado um Comitê de Planejamento e Coordenação da Igualdade Racial que envolve a Seppir, o MTE, a Secretaria de Políticas para Mulheres, o Ministério Público do Trabalho e a OIT.

Ainda para ampliar a capacidade de intervenção deste projeto, a Seppir firmou um convênio de Cooperação Técnica junto à OIT e ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)<sup>26</sup>.

Outro segmento no qual a Seppir investiu, em 2004, atingiu diretamente os empreendedores afro-brasileiros. Apoiamos projetos de “Empreendedorismo Negro” visando ao desenvolvimento de ações que estimulem os empreendedores e potencializem suas atividades. As instituições parceiras Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Ceabra/SP), o Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH/RJ) e o Instituto Brasil Social (IBS) se engajaram num compromisso institucional de promoção e desenvolvimento econômico, inclusão social e soluções inovadoras em comércio e serviços.

<sup>25</sup> Os núcleos foram criados a partir da Portaria nº 604-MTE, de 1º de junho de 2000.

<sup>26</sup> O PNUD também vem apoiando e patrocinando projetos na área racial desde o período que antecedeu a III Conferência contra o Racismo, com o financiamento de estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na constituição de banco de dados e na elaboração de diagnósticos sobre as desigualdades raciais no Brasil.



A Ceabra/SP, com o apoio financeiro e monitoramento da Seppir, desenvolveu os Seminários “Incubação de Experiências para o Fortalecimento de Empreendedores Afro-Brasileiros” nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, Amapá, Santa Catarina e no Distrito Federal, com um público participante de 800 pessoas, aproximadamente 60% de pequenos empreendedores. A partir de critérios estabelecidos pela Associação Nacional de Empreendedores Afro-Brasileiros (Anceabra), 350 dessas experiências serão incubadas para potencializá-las para o mercado e formar neste processo uma cultura de negócios.

O Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH) e Instituto Brasil Social (IBS), patrocinados pela Petrobras, desenvolveram o projeto *Incubadora Afro-Brasileira*, com o objetivo de desenvolver o protagonismo econômico de profissionais e empreendedores afro-brasileiros nos setores de comércio e serviços, com destaque no segmento de turismo.

A Seppir esteve presente, também, em atividades organizadas por vários grupos de empreendedores afro-brasileiros e internacionais:

- Seminário “*Unity Networking Conference – Integração de Líderes e Negócios*”, realizado em fevereiro de 2004, em Salvador, que teve por objetivo a integração de líderes e negócios entre afro-brasileiros e afro-americanos. Este seminário reuniu empresários, políticos, autoridades do corpo diplomático, representantes de classe e de instituições ligadas ao processo de inclusão social, interessados no desenvolvimento socioeconômico e aproximação entre afro-descendentes do Brasil e dos EUA;
- Conferência *Promovendo Caminhos para Inclusão Social e Econômica*, realizado no período de 13 a 15 de abril de 2004, foi promovido pelo Congressional *Black Caucus Foundation* (CBCF), o Brazil-US Business Council, a Câmara Americana de Comércio de São Paulo e o Centro de Integração de Negócios (Integrare). Esta Conferência foi uma continuação do *Summit de Negócios*, que tem por objetivo, criar condições e facilidades para o bom desenvolvimento das negociações e apresentações dos produtos, realizado em agosto de 2003. O principal objetivo do evento foi aprofundar a troca de idéias e de práticas comerciais, de modo a ampliar as oportunidades econômicas para afro-brasileiros e afro-americanos. A exemplo do *Summit*, contou com a participação de representantes do governo, corporações, ONGs e da comunidade acadêmica brasileira e norte-americana para discutir o a situação dos afro-descendentes no Brasil.

Em uma época em que os dados sobre o sub-emprego e o emprego informal têm aumentado, estas ações são fundamentais para a criação de novas referências. O fortalecimento do empreendedorismo estimula a atividade de uma grande parcela da população negra que encontra-se fora do mercado comercial competitivo.

O desenvolvimento econômico da população negra requer a ampliação e o aprofundamento de ações e medidas e componham as políticas de emprego, o combate à pobreza e a distribuição de renda e a efetivação de políticas de diversidade e ações afirmativas no âmbito da esfera pública e privada, nosso próximo desafio.

## 2.2.2 – Inclusão da População Negra no Sistema Educacional

Desde 2003, a Seppir e o MEC assumiram o compromisso, por meio de um Protocolo de Intenções, de elaborar uma proposta para efetivação da transversalidade da temática racial no sistema de ensino.

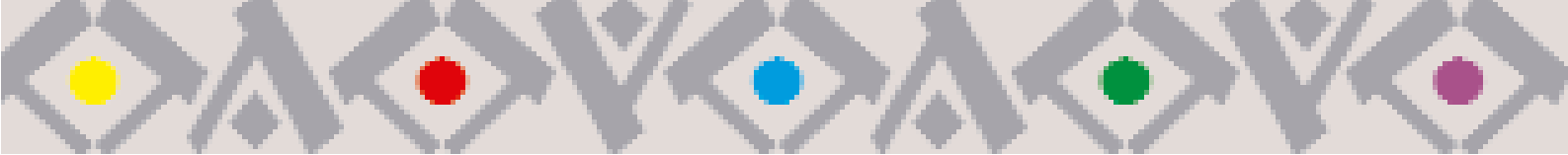
Assim, 2004 foi marcado por importantes realizações conjuntas:

- Desenvolvimento de ações visando à implementação da Lei nº 10.639/03, que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nos níveis fundamental e médio.
- Finalização do estudo que originou a proposta do Projeto Lei que prevê a Reserva de Vagas para negros e indígenas na universidade.
- Acompanhamento das definições do ProUni, que prevê ações afirmativas para alunos oriundos do ensino público (em especial os negros e indígenas) no ensino superior privado.
- Construção do Projeto para a Revisão da Lei nº 10.171/2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação.
- Coordenação, junto com o Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), da revisão e inserção do quesito cor nos formulários do Censo Escolar/2005, e realização da Campanha “Assuma sua Raça, Declare a sua Cor”.
- Participação no Comitê de Avaliação dos Projetos do Programa Diversidade na Universidade.
- Realização de Parcerias para o fortalecimento institucional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) e da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros.
- Apoio Institucional aos Pesquisadores Negros e às suas respectivas instituições: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade Federal do Tocantins (UFTO).

Em ação conjunta com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), destacam-se:

- Implementação da Lei 10.639. A principal ação desenvolvida pela Seppir deu-se por meio do *Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial*, com a realização dos “Seminários Técnicos de Promoção da Igualdade Racial”.
- Fóruns Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial. Foram realizados em 10 estados<sup>27</sup>, com envolvimento de cerca de 5 mil pessoas, entre profissionais de educação, representantes dos Núcleos Afro-Brasileiros (Neab), ativistas dos Movimentos Negros, entidades do Movimento Social, ONGs e representantes das Comunidades Quilombolas.
- Adoção do “Caderno das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e

<sup>27</sup> SE, AL, PB, PE, AP, MS, DF, GO, PI, PA, SP



Africana”, material didático pedagógico de apoio à implementação da Lei nº 10.639, escrito por Petronilha Beatriz da Silva, integrante do Conselho Nacional de Educação.

Os objetivos destas atividades foram: (a) estimular a capacitação de educadores para a diversidade étnico-racial em meio escolar; (b) contribuir para a inclusão da população negra no sistema de ensino a partir de um Programa de Inclusão da População Negra na Educação Brasileira; (c) propor às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação a realização de atividades regionais para subsidiar os gestores públicos na implementação da Lei nº 10.639.

Apoiamos, também, a realização do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu: Culturas Negras do Atlântico, do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). Este curso foi realizado no período de outubro de 2004 a dezembro de 2005, destinado a 45 Educadores da Rede Pública do Distrito Federal. É estruturado por 13 módulos presenciais, palestras, seminários e defesa de monografias.

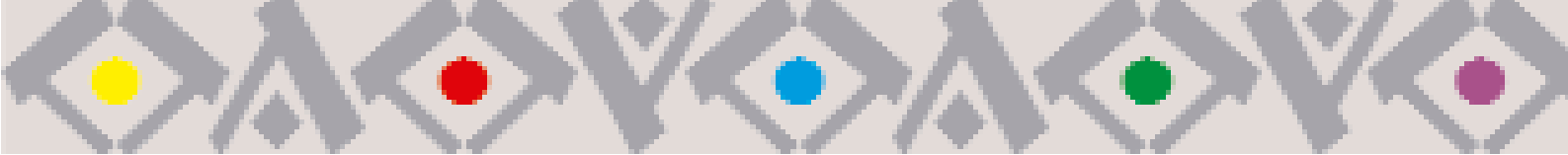
Mais uma iniciativa para a implementação da Lei nº 10.639 foi o “Projeto: A Cor da Cultura”<sup>28</sup>, iniciativa viabilizada a partir de uma parceria entre a Seppir, o Canal Futura, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan) e a Fundação Roberto Marinho, com o financiamento da Petrobrás. Estas entidades compõem um Comitê Gestor, com a função de coordenar a produção de materiais áudio-visuais e buscar de novas parcerias para a sua ampliação. O objetivo central deste projeto é a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro por meio das seguintes iniciativas:

- a) criação de materiais áudio-visuais sobre a história e cultura afro-brasileira;
- b) valorização de iniciativas de inclusão, que dêem visibilidade às diversas formas de ações afirmativas já promovidas pela sociedade;
- c) favorecimento da criação de práticas pedagógicas inclusivas, para fornecer a educadores exemplos práticos adotados em diversas outras salas de aula do País.

Para alcançar estes objetivos, serão desenvolvidos:

- Programas. Serão produzidos 56 programas para TV divididos em cinco séries: Programa Ação (iniciativas sociais afirmativas desenvolvidas por organizações não-governamentais); Livros Animados (que incentiva a leitura, destacando escritores, temáticas e artistas negros); Nota 10 (que trata da metodologia de ensino e formação de educadores); Heróis de Todo Mundo (retrata homens e mulheres negros que se destacam nas diferentes áreas de conhecimento do Brasil); e Mojubá (que se constitui de sete documentários que apresentam os orixás, sua relação e presença na cultura brasileira).
- Kit Educativo e Capacitação. Os episódios de cada um dos programas reunidos em fitas VHS farão parte do Kit Educativo que terá, ainda, livro para professores, dicionário de línguas africanas e jogo educativo. Todo esse

<sup>28</sup> Vale registrar que este projeto foi idealizado por Wania Sant’Anna, Antonio Pompeo e Luis Antonio Pilar.



material será fornecido para educadores por meio de oficinas presenciais de capacitação, formando uma rede social de multiplicadores em duas mil instituições que serão contempladas pelo projeto.

Estes programas serão veiculados pela TV Globo, Canal Futura e TVE, partindo de ações de mobilização e implementação presencial. Está prevista também uma ação de veiculação virtual, mediante a criação de um *site* para fornecer mais subsídios sobre o tema. A implementação do projeto nas escolas deve começar em 2006.

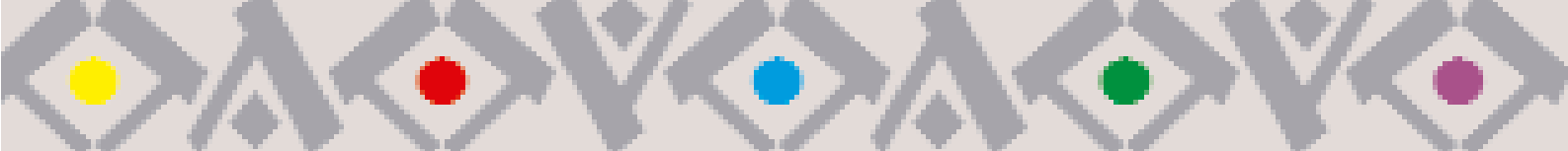
Quanto às ações para Reserva de Vagas para Negros e Indígenas nas Universidades Públicas, foram dados os encaminhamentos propostos pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Presidência e coordenado pela Seppir e pelo MEC. Este GTI realizou um levantamento de dados sobre as desigualdades educacionais entre negros e brancos no ensino brasileiro, em especial no ensino superior, e promoveu o diálogo entre tais instituições e a sociedade civil organizada, no sentido de conhecer a realidade do alunado brasileiro. Partindo deste estudo, foi elaborado o Projeto de Lei nº 3.627, para implantação do Sistema de Reserva de Vagas para Negros e Indígenas no Ensino Superior Público Federal.

Este Projeto de Lei foi encaminhado pela Presidência da República para o Congresso Nacional, em 13/5/2004. O PL nº 3.227 está em trâmite e deve ser analisado e submetido à votação. É fundamental e indispensável a aprovação deste PL para ampliar o acesso de negros e indígenas ao ensino universitário, incluindo a construção de programas para a permanência.

Na prática, diversas universidades estão analisando projetos de reserva de vagas. Em 17 universidades a medida já foi aprovada: oito federais – Paraná (UFPR), Alagoas (Ufal), São Paulo (Unifesp), Tocantins (UFT), Juiz de Fora (UFJF), Brasília (UnB), Mato Grosso (UFMT) e Bahia (UFBA); e nove estaduais – Rio de Janeiro (Uerj), Norte Fluminense (UENF), Bahia (Uneb), Mato Grosso do Sul (UEMS), Londrina (UEL), Minas Gerais (UEMG), Amazonas (UEA), Goiás (UEG) e Mato Grosso (Unemat).

Temos acompanhado, em especial, as experiências de seis universidades: três estaduais – Uneb, Uerj e Unemat; e três federais – UnB, Unifesp e UFMT. Estas experiências apresentam alguns dados que são significativos como referência para a reflexão de todo o sistema proposto.

- Uneb – A Universidade Estadual da Bahia aprovou o sistema de cotas no dia 18 de julho de 2002. No processo seletivo de 2003, 64.955 candidatos inscreveram-se. Destes, 35,57% optaram pelo sistema de cotas.
- Uerj – A Universidade Estadual do Rio de Janeiro aprovou a implementação das cotas em 2002 e no Vestibular de 2004. Foram destinadas 1.039 vagas para autodeclarados como negros e recebidas 2.844 inscrições. No mesmo vestibular, foram destinadas 175 vagas aos indígenas e portadores de necessidades especiais. E recebidas 67 inscrições.
- Unemat – A Universidade Estadual de Mato Grosso adotou o sistema a partir do 2º semestre de 2004, com reservas de 20% para afro-descendentes e com expectativa de 20 vagas para a população indígena.
- UnB – A Universidade Federal de Brasília aprovou o sistema de cotas em 2003, sendo a primeira federal a implantar o sistema de cotas. No vestibular de 2004,



apresentou o seguinte resultado: (a) ingressaram pelo sistema de cotas 378 pessoas, das quais 331 são jovens de 16 a 24 anos (87,6%); (b) ingressaram pelo sistema universal 1.977 pessoas, das quais 1.699 (85,9%) são jovens de 16 a 24 anos.

- Unifesp – A Escola Paulista de Medicina adotou o sistema de cotas a partir da Resolução 23/04 do Conselho Universitário, que aprovou o aumento de 10% das vagas dos cursos da instituição para alunos afro-descendentes e indígenas que cursaram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas.
- UFMT – A Universidade Federal de Mato Grosso aprovou o sistema de cotas em 15 de dezembro de 2003, momento a partir do qual aumentou o número de vagas em 30% para atender a pobres brancos e negros (600 vagas) e também aos indígenas (70 vagas).

Para 2005 pretendemos criar um canal mais efetivo de acompanhamento destas experiências, assim como contribuir para a elaboração de um projeto para garantir a permanência dos alunos cotistas nas universidades, considerando os instrumentos já existentes e outros que deverão ser criados.

Tendo em vista a extensão das ações afirmativas, foi desenvolvido pelo Ministério de Educação o Programa Universidade para Todos (ProUni) como um importante instrumento para garantir o acesso ao sistema de ensino superior privado no País. Este estudo destina-se a estudantes que se autodeclararem negros e indígenas. No ano de 2005, 112 mil alunos serão beneficiados, sendo 48% negros que não ingressariam nas universidades sem a adoção dessa medida.


Em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – MEC, organizações do Movimento Negro, especialistas em Educação e Relações Raciais e convidados, estamos realizando estudos e debates para revisão da Lei nº 10.172/01, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE), com o objetivo de desenvolver uma proposta de revisão com recorte racial no Plano Nacional de Educação.

Uma outra atividade desenvolvida foi a estruturação do Censo Escolar com Recorte Racial. A Seppir, juntamente com o MEC e o Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (INEP), coordenou um trabalho a partir da elaboração da Portaria que determina que as unidades escolares adequem suas fichas de matrícula aos quesitos do questionário do Censo Escolar.

Isso significa que a ficha de matrícula do aluno, além dos dados habituais, tais como naturalidade e filiação, passa a incorporar o quesito cor/raça e informações sobre necessidades educacionais especiais e data de ingresso na escola.

No que se refere ao quesito cor/raça, foi adotado o critério já instituído pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): branca, preta, parda, amarela e indígena. O dado em relação à cor/raça será obtido mediante documento comprobatório ou por auto-declaração do aluno, quando maior de 16 (dezesesseis) anos, ou por declaração do responsável.

Participamos, também, junto com a Secad, do Comitê de Avaliação dos Projetos do Programa Diversidade na Universidade, cuja principal atividade foi a revisão de Projetos Inovadores de Curso (PIC), que buscam assegurar a equidade e diversidade na educação superior para afro-descendentes e indígenas.



Como forma de estimular a ação dos educadores negros militantes e dos pesquisadores, a Seppir apóia os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. A proposta é fortalecer estas duas organizações que reúnem pesquisadores e docentes. Neste sentido, apoiamos e participamos do VI Encontro Nacional de Pesquisadores Negros realizado em São Luís do Maranhão em 6 e 7 de setembro, que teve como uma das principais propostas de continuidade a constituição de uma Rede para ampliar a organização.

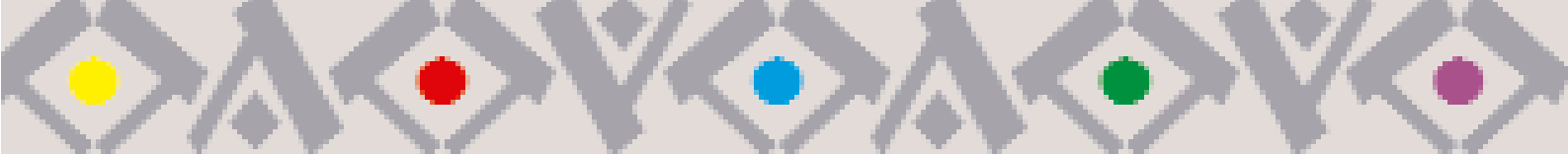
Tanto as atividades realizadas pelo do governo federal e demais instâncias quanto os eventos promovidos por diversas instituições contribuem para a ampliação do debate e da formulação de propostas para políticas de educação mais inclusivas do ponto de vista social e racial. Assim, a Secretaria participou de algumas atividades propostas por diversas instituições:

- Fórum Mundial de Educação – integração do comitê de coordenação; lançamento do *“Caderno das Diretrizes Curriculares Nacional para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”*; participação em Conferências e Seminários sobre a Promoção da Igualdade Racial e divulgação do Pôster Educação e Etnias.
- Seminário Estadual *“Educação e Diversidade Étnico Cultural”* – promovido pelo Governo do Estado da Bahia – Secretaria de Educação, em novembro 2004, com o objetivo de discutir a história e cultura dos afro-brasileiros e africanos, a fim de incluí-los no Currículo da Educação Básica Brasileira, em atendimento à Lei Nº 10.639/2003.
- Seminário *“Educando para a Igualdade de Gênero, Raça e Orientação Sexual”* – promovido pelo MEC/Secad, Secretaria Especial de Política para Mulheres (SEPM), Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Britânico (SEDH), teve o objetivo de provocar uma reflexão sobre materiais didáticos e práticas educativas para a equidade racial e de gênero e para o respeito à diferença de orientação sexual.

O processo de articulação e formulação da promoção da igualdade racial na educação até então desenvolvido aponta a necessidade de estabelecimento de estratégias que permitam a inserção do tema em toda a extensão das ações do MEC, de forma a permear toda a estrutura de gestão da política educacional. Somente assim será possível a melhoria da qualidade de ensino, a consolidação e a alteração do conteúdo programático e a valorização do universo histórico e cultural da população negra, evitando a entrada precoce no mercado de trabalho e estimulando a continuidade dos estudos.

### **2.2.3 – Cultura negra e valorização da religiosidade de matriz africana**

A Seppir desenvolveu e apoiou programas e projetos culturais voltados à cultura africana e afro-brasileira com o propósito de resgatar valores que constituem a cultura brasileira, envolvendo outros organismos do governo e da sociedade civil.



Uma das principais ações desenvolvidas pela Seppir, com o apoio da Secom-PR Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, foi a Campanha da Diversidade, lançada em 20 de novembro de 2004, durante um show realizado pela Companhia em Black e Preto, com o apoio da Petrobrás e da Rede Globo, nos Arcos da Lapa (RJ), como parte das comemorações do Dia da Consciência Negra. Esta Campanha tem como meta sensibilizar os dirigentes das instituições públicas, privadas e outros importantes atores sociais para a adoção de políticas de diversidade na inclusão dos grupos historicamente discriminados no Brasil. Pretende-se mobilizar artistas, intelectuais, empresários e outros segmentos formadores de opinião para a adesão voluntária, garantindo a responsabilidade social pelo processo de inclusão desses cidadãos, consolidando as políticas públicas e privadas de promoção da igualdade racial.

O foco da Campanha da Diversidade é a defesa da inclusão social, étnica e racial, como forma de ampliar as condições e as oportunidades de grupos socialmente desfavorecidos, garantindo, especialmente às populações afro-descendente e indígenas, possibilidades de conquistas no mundo do trabalho e em outras instâncias sociais, políticas e culturais.

Este projeto será desenvolvido em duas fases. Na primeira, veiculou-se campanha publicitária na TV aberta (Rede Globo e Canal Futura), com a presença de negras e negros como protagonistas em diversos setores da sociedade: empresários, agricultores, professores etc., estimulando o setor privado a praticar a diversidade racial nas suas empresas. A segunda fase proporcionará o envolvimento de empresas que possuam representantes de diversos grupos raciais, refletindo a real multiplicidade da sociedade brasileira. Também serão realizadas atividades paralelas, tais como seminários e eventos diversos.

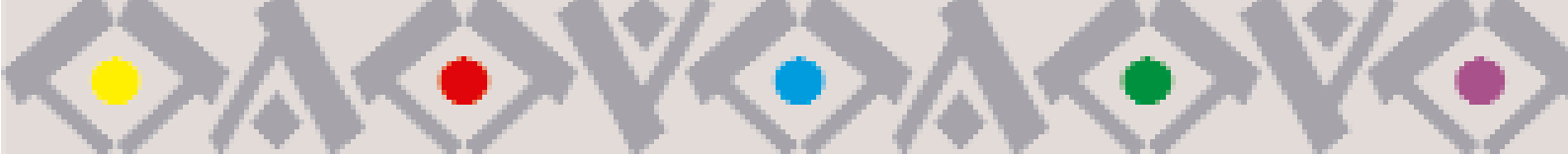
Pretende-se ainda, a partir desta Campanha, impulsionar um Movimento pela Diversidade, tendo a participação de organismos integrantes do projeto, que são: Secom, CNPIR, Cidan (Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro), Petrobrás, Ilê Ayê, Olodum, Revista Raça, Rede Globo, Canal Futura, Abert (Associação Brasileira de Rádio de Televisão), Ceap (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) e Unesco.

Ainda como parte das comemorações do 20 de novembro, a Seppir apoiou o lançamento do Instituto Casa da Gente, coordenado pelo cantor e apresentador Netinho de Paula. A sede do Instituto fica no município de Carapicuíba, uma das regiões mais pobres de São Paulo. Este projeto será apoiado também pelo Ministério dos Esportes e Ministério da Cultura, a partir de programas específicos instalados no local.

Na ocasião, a Secretaria apoiou também a apresentação pública do filme "As Filhas do Vento"<sup>29</sup>, do cineasta Joelzito Araújo. O filme foi premiado no Festival de Gramado, em 22 de agosto de 2004, e o autor recebeu o prêmio de melhor diretor por seu trabalho. Este filme reúne um elenco negro de primeira, e "(...) Os fantasmas da escravidão e do racismo perpassam toda a trama e acentuam os dramas das personagens de forma sutil, mas arrebatadora. A ficção acaba funcionando com uma espécie de elixir para o problema examinado no documentário. O filme é particularmente um tributo a Ruth de Souza, que abriu as primeiras portas para os atores negros (no já distante ano de 1944) no trabalho militante do Teatro Experimental do Negro, junto com Abdias do Nascimento e outros(...)"

<sup>29</sup> Revista eletrônica Festival do Rio 2004 – [www.festivaldoriorio.com.br](http://www.festivaldoriorio.com.br).



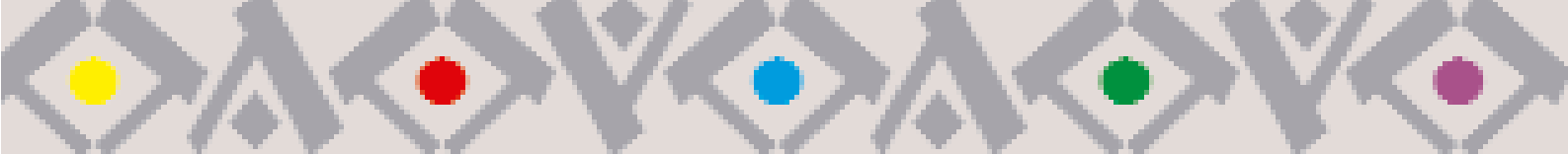


Foi dada continuidade à parceria no “Projeto Identidade e Resistência – 90 anos de Arte de Abdias do Nascimento”, lançado em 2003, com o objetivo de “(...) colocar à disposição da população brasileira em geral informações e registros que elucidem a história da participação da população negra na construção do Brasil (...)”. Em março, nas comemorações do aniversário de um ano da Seppir, Abdias do Nascimento foi homenageado na abertura do Seminário América do Sul, África – Brasil 2004 “Acordos e Compromissos com a Promoção da Igualdade Racial”, em 22 de março de 2004, em Brasília, ocasião em que foi recebido em audiência pelo Presidente da República. Já em junho, no Fórum Cultural Mundial, em São Paulo, foi realizado o “Encontro: Abdias 90 anos, um brasileiro do mundo”, uma realização conjunta com o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros, no qual foi organizado um painel com vários depoimentos sobre o intelectual. Foi apoiada a montagem da Mostra “Abdias do Nascimento – Memória Viva”, no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Esta exposição, lançada em 15 de novembro, também promoveu um ciclo de filmes e debates em torno da consciência negra, tendo como destaque o Colóquio “Ancestralidade Africana e Cidadania – O Legado Vivo de Abdias Nascimento”, com a presença de pesquisadores e acadêmicos brasileiros e estrangeiros. Há perspectivas de tornar esta Mostra uma exposição itinerante no Brasil e em outros países.

Também teve apoio a Campanha “Ação Afirmativa – Atitude Positiva”, lançada em 17 de novembro de 2003, pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (Ceap), entidade do movimento negro brasileiro com sede no Rio de Janeiro, em parceria com várias outras organizações da sociedade civil, com o objetivo defender e valorizar as iniciativas já existentes no campo das ações afirmativas. Esta Campanha divulga o *Selo Camélia*, como marca de qualidade e eficácia, que faz alusão às Camélias da Liberdade, símbolo de ação anti-discriminação no período abolicionista. Uma iniciativa aprovada pelo governo federal, especialmente pela Seppir e a Secretaria Especial de Direitos Humanos. Entre as atividades realizadas, houve um show, nos Arcos da Lapa (RJ), em 14 de novembro de 2004, com o objetivo de divulgar as ações da campanha; e também reuniões para formatar parceria e pactuar projetos e ações conjuntas para o próximo período. Assim, a partir de uma agenda conjunta, a coordenação da Campanha “Ação Afirmativa-Atitude Positiva” passa a integrar o *Movimento pela Diversidade*.

A Seppir participou da “Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, que em 2004 gerou o slogan “*Uma Vida Sem Violência é um Direito das Mulheres*”. Esta Campanha é uma iniciativa do Centro para a Liderança Global das Mulheres (*Center for Women’s Global Leadership*) e propõe a quebra do silêncio para denunciar e punir a violência contra as mulheres. A presença da Seppir nesta campanha visa a fortalecer o componente de combate à desigualdade racial no Brasil, somando-se às ações que dizem respeito à luta pelos direitos da mulher. Foi impulsionada por uma parceria entre Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende), o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem Brasil), a Bancada Feminina no Congresso Nacional, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e o governo federal (SEPM e Seppir).

O Projeto “Dia Nacional do Samba – Patrimônio da Humanidade” foi lançado na cidade do Rio de Janeiro, em 4 de dezembro de 2004, em comemoração ao Dia Nacional do Samba, que é 2 de dezembro. São parceiros neste projeto: a Seppir, o Ministério da



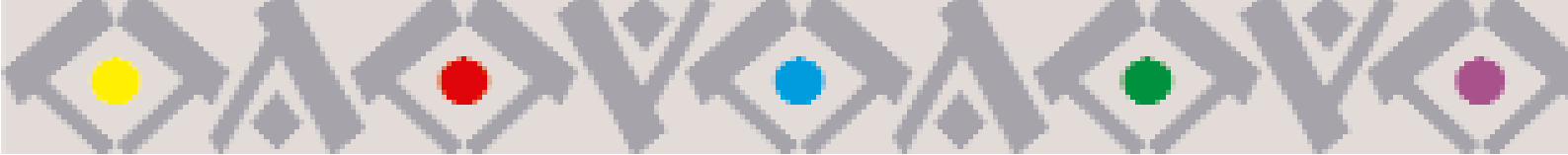
Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e o Centro Cultural Cartola, com o apoio da cantora e compositora Lecy Brandão (integrante do CNPIR) e a historiadora Helena Theodoro.

O projeto tem como objetivo a divulgação do mundo do samba, a partir de sua produção cultural de raiz. É dedicado à pesquisa e posterior montagem de um banco de dados que ficará disponível para consulta para todos os interessados. Após o lançamento, que contou com a presença de cerca de 5.000 pessoas, entre elas sambistas, pesquisadores, representantes de movimentos sociais e de governo, deverá ser realizada uma pesquisa, no Rio de Janeiro. A meta é ampliar o projeto para outras cidades do Brasil em parceria com outras entidades, onde há a tradição do samba como resistência cultural e política.

Foi realizado o “Caruru de Vunji”, ação conjunta entre a Seppir, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), no âmbito do Programa Brasil Quilombola, em comemoração ao “Dia Mundial da Alimentação” (16 de outubro), ao “Dia da Criança” (12 de outubro) e ao “Dia de Cosme e Damião” (27 de setembro). O ato valorizou a cultura de matriz africana aliando as brincadeiras infantis, à tradição religiosa e à culinária africana, com o objetivo de afirmação da identidade e fortalecimento da autoestima. Este evento aconteceu na comunidade quilombola de Kaonge, no Recôncavo Baiano, contando com a presença de cerca de mil pessoas, entre elas 700 crianças das comunidades da região.

A partir de ações conjuntas com várias entidades do movimento social, a Seppir apoiou a formatação do “Projeto Valorização das Religiões de Matriz Africana”, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento de ações para o combate à intolerância religiosa. Os objetivos deste projeto são: a) criar estratégias de visibilidade, valorização e promoção de diferentes grupos ligados à religiosidade de matriz africana; b) colaborar com a formação de gestores públicos sobre o assunto; c) divulgar experiências e vivências proporcionadas pelas comunidades religiosas que cultivam os conhecimentos e a cultura ancestral da resistência negra. Assim, este projeto viabilizou seminários, debates, mesas redondas, atividades culturais, produção de materiais auditivos, conforme descreveremos a seguir:

- Lançamento do CD Ilê Omolu Oxum – Cantigas e Toques para Orixás. Este CD, que faz parte do repertório público dos cânticos religiosos do Ilê Omolu e Oxum do Rio de Janeiro (uma das casas mais tradicionais de candomblé Ketu), é a primeira edição da coleção “Documentos Sonoros” do Laboratório de Pesquisa em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O projeto foi realizado com o apoio da Petrobras. À Seppir coube a organização do lançamento em Brasília, no dia 21 de outubro de 2004. O evento contou com a participação de 600 pessoas entre gestores públicos, religiosos de matriz africana, autoridades e entidades do movimento negro.
- Apoio à produção e lançamento do CD Bate-Folha Cantigas de Angola. Este CD resgata a produção histórica de uma das mais antigas comunidades do Rio de Janeiro, a comunidade religiosa do Bate Folha (Kupapa Unsaba). Um dos representantes do candomblé no Brasil, de origem Bantu (Angola/Congo),



trazido pelos primeiros negros que chegaram no País. O evento de lançamento ocorreu em 16 de dezembro de 2004, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, na presença de um público diversificado representando setores religiosos, movimentos sociais e instituições governamentais.

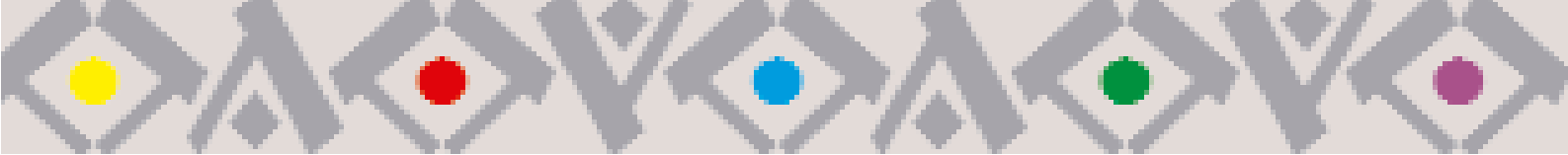
- Apoio à “Campanha em defesa da liberdade de crença e contra a intolerância religiosa”, lançada em 22/9/2004 pelo Centro Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em parceria com o Serviço Social do Comércio (Sesc/SP) e o Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (Intecab). Trata-se de uma iniciativa com o objetivo de reunir entidades da sociedade civil, líderes religiosos, personalidades, entidades do Movimento Negro e ativistas dos direitos humanos, num esforço de introduzir o tema da intolerância religiosa na agenda dos direitos humanos e políticas públicas.
- Apoio à elaboração da cartilha “Diversidade Religiosa e Direitos Humanos”, lançada em 10 de dezembro de 2004, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). O objetivo desta cartilha, construída com a participação de diferentes tendências religiosas, é tratar a diversidade religiosa como processo de democratização efetiva e de reconhecimento no respeito às diferenças.

A Seppir mantém contatos com diversos grupos, apoiando iniciativas e projetos e contribuindo para formatação de ações que configuram uma campanha nacional neste campo. Todas as ações propostas por instituições da sociedade civil ou de outras instâncias auxiliam na elaboração e formulação de diretrizes, considerando-se a riqueza histórica e cultural da religiosidade de matriz africana na construção da identidade nacional, principalmente da população negra.

Enquanto um dos membros organizadores do Fórum Cultural Mundial, realizado em São Paulo, de 6 de junho a 4 de julho, a Seppir apoiou a realização de várias atividades: (1) o Encontro “Abdias 90 anos, um brasileiro do mundo”, já citado anteriormente; (2) o Seminário “A Casa da África no Brasil”, uma realização conjunta com a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, onde foram discutidas as relações entre o Brasil e o Continente Africano e a ênfase nos países ao sul do Saara; (3) o Lançamento do livro “Rompendo o Silêncio, história da África nos currículos de educação básica”. Todos estes eventos buscaram o aprofundamento da temática com vistas à construção de um novo cenário, a partir da valorização da riqueza da cultura brasileira, considerando a sua expressão negra.

No que diz respeito à população indígena, recebeu apoio da Secretaria a iniciativa do Ministério dos Esportes, do Comitê Intertribal e do Governo do Estado da Bahia, na realização do VII Jogos dos Povos Indígenas<sup>30</sup>, em Porto Seguro/BA no período de 20 a 27 de novembro de 2004. O evento teve a coordenação e mobilização do Comitê Intertribal. Os Jogos dos Povos Indígenas nasceram de um desejo da população indígena, com a primeira edição em 1996, em Goiânia. O evento contou com a presença de cerca de mil índios, de 60 etnias de todo o Brasil, que se reuniram em torno dos jogos de futebol, arco-e-flecha, arremesso de lança, cabo de força, corrida (100 e 5 mil metros) e corrida de tora. Uma grande aldeia, com mais de trinta ocas e uma arena, foi

<sup>30</sup> A VII Olimpíada Indígena contou ainda com o apoio do Estado da Bahia, com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA e da Fundação Nacional do Índio.




erguida para abrigar o encontro, nas proximidades da Reserva da Jaqueira, a 12 quilômetros de Porto Seguro (BA). Índios das Guianas Francesa e Inglesa, do Peru, do Canadá e dos Estados Unidos também acompanharam os jogos. A novidade desta 7ª edição foi o Fórum Social Indígena, que debateu, paralelamente, os problemas sociais, políticos e econômicos enfrentados por esses povos, além da realização de uma prévia a ser reeditada no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Os Jogos Indígenas possibilitam o conagraçamento entre povos, por meio do incentivo ao coletivo na prática de seus esportes tradicionais, almejando-se como conseqüência uma vida mais digna e respeitosa no relacionamento com toda a sociedade brasileira, valorizando a identidade cultural das sociedades indígenas, recuperando sua auto-estima e contribuindo com sua cidadania. A partir desta parceria, e a aproximação da Seppir com a temática indígena, iniciada no CNPIR, outras tantas realizações futuras serão viáveis.

#### 2.2.4 – Saúde da população negra

Dando continuidade ao compromisso firmado, em 2003, entre a Seppir e o Ministério da Saúde de implantar e implementar uma Política Nacional de Saúde da População Negra, intensificamos a articulação. As bases para atuação foram as deliberações da 12ª Conferência Nacional de Saúde, na qual a Seppir mediou a participação do movimento negro e compôs a delegação dos gestores federais do Ministério da Saúde. Neste ato, *se reiterou a necessidade da atenção à saúde da população negra como uma questão de equidade*, para combater o racismo e diminuir/eliminar as desigualdades raciais na Saúde.

Foi desenvolvida uma agenda de trabalho com propósitos de institucionalização da saúde da população negra na Política Nacional de Saúde, o que se deu de diversas formas, a saber:

- Publicação da Portaria nº 10/04/GM/MS, de 8/1/2004, que institui o Comitê Técnico e Comitê Consultivo para formulação da Política Nacional da Saúde da População Negra, e da Portaria nº 152/04/GM/MS, de 4/2/2004, que neomeia os membros do Comitê Técnico de Saúde da População Negra;
- Constituição de um grupo de consultores, pela Seppir, com apoio da Unifem/Dfid, para inserir no Plano Nacional de Saúde *a atenção à saúde da população negra*, que resultou no estabelecimento de diretrizes de redução da mortalidade infantil e materna; atenção à saúde para comunidades remanescentes de quilombo; e implantação/implementação do Programa Nacional de Anemia Falciforme;
- Revisão das atribuições e composição dos comitês técnico e consultivo, anteriormente estabelecidos, que foram revogados e inseridos na composição de um novo Comitê Técnico de Saúde da População Negra (CTSPN), por meio da Portaria nº 1.678/04/GM/MS, de 13/8/2004, para a gestão da atenção à saúde da população negra no Sistema Único de Saúde. Sob coordenação da Secretaria Executiva/MS, é composto por representantes de todas as secretarias do ministério, representante da Seppir, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems), especialistas e ativistas;



A partir das etapas já mencionadas e do acúmulo na área, foi realizado, pela Seppir e o Ministério da Saúde, o I Seminário Nacional de Saúde da População Negra – “A Saúde da População Negra e o SUS: Ações Afirmativas para Avançar na Equidade”, em Brasília, de 18 a 20 de agosto de 2004, com o apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conass, Conasems, Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e Department for International Development (Dfid), reunindo gestores federais, do ministério da saúde e demais ministérios, gestores estaduais e municipais de saúde, representantes da sociedade civil organizada e especialistas.

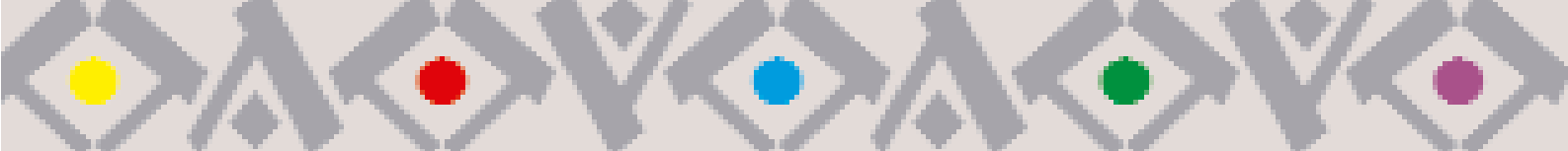
O objetivo do seminário foi articular estratégias de gestão para operacionalizar as diretrizes do Plano Nacional de Saúde *na atenção à saúde da população negra*, com vistas à sua promoção, proteção e recuperação, a partir de eixos norteadores, a saber: Atenção à Saúde; Educação Permanente e Produção de Conhecimento Científico; Informação, Participação e Controle Social. Dois foram os comprometimentos éticos resultantes deste seminário:

- a) assinatura de um Termo de Compromisso de Parceria Permanente entre os titulares do Ministério da Saúde, da Seppir, dos representantes do Conass, do Conasems e da Opas, com o testemunho do Conselho Nacional de Saúde, para a inclusão social e a redução dos diferentes graus de vulnerabilidade a que está exposta a população negra;
- b) aprovação pela plenária do documento “*Um Grito pela Equidade*”, propondo a toda a sociedade e em especial aos gestores, entre outras, a responsabilidade de desenvolver ações que reduzam a morbidade e a mortalidade da população negra em todas as faixas etárias.

Com o intuito de ampliar as ações, foi estabelecido um Termo de Parceria entre a Seppir e a Unifem para a consolidação de uma *política de saúde para a mulher negra*, mediante duas ações básicas: (a) elaboração da documentação do referido seminário, contemplando a interface entre saúde da população negra e saúde da mulher negra; (b) edição de um boletim eletrônico, pela representação civil do Comitê Técnico da Saúde da População Negra, sobre o exercício do controle social na gestão da *política de atenção à saúde da população negra*.

A partir destes marcos, foi realizada a Oficina de Planejamento do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, em 20 e 21 de outubro de 2004, para encaminhamento das proposições do seminário nacional, A finalidade deste planejamento é embasar as ações do comitê em 2005, considerando:

- 1) redução da morbidade e da mortalidade precoce da população negra;
- 2) ampliação do acesso da população negra ao SUS;
- 3) garantia de infra-estrutura para saneamento e acesso às comunidades quilombolas;
- 4) desenvolvimento de ações de promoção em saúde nos espaços de culto das religiões de matrizes africanas;
- 5) garantia de implantação e implementação do Programa Nacional de Anemia Falciforme, priorizando os estados com maior contingente populacional negro;

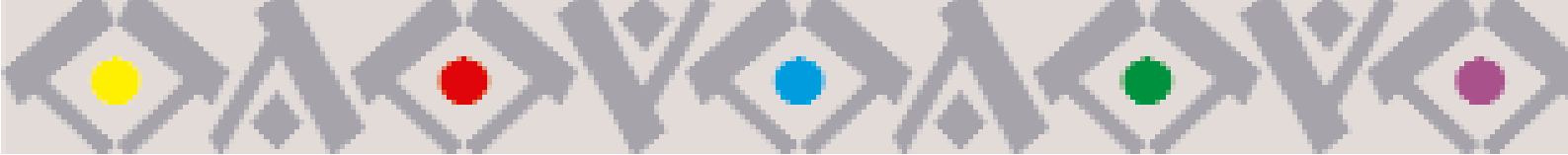


- 6) estabelecimento de pactos sobre mecanismos e estratégias para inserção das especificidades em saúde da população negra na formação acadêmica e técnica, na pesquisa e extensão universitária, comprometendo, prioritariamente, instituições públicas – universidades, fundações, institutos de pesquisa, órgãos de fomento e escolas técnicas de saúde;
- 7) humanização da saúde como uma política antidiscriminatória;
- 8) formação e capacitação com recorte étnico-racial e de gênero para todos os servidores da saúde;
- 9) fomento à criação de núcleos ou grupos de pesquisa sobre saúde da população negra nas instituições de ensino e pesquisa; realização de pesquisas sobre a presença da população negra na força de trabalho no âmbito da saúde;
- 10) inclusão de uma recomendação específica para o desenvolvimento de pesquisas junto às populações tradicionais, especialmente comunidades quilombolas e comunidades religiosas de matrizes africanas na resolução 196/96 do CNS;
- 11) garantia do retorno dos benefícios das pesquisas junto às comunidades negras tradicionais;
- 12) prioridade para pesquisas voltadas à saúde da população negra, com destaque para transtornos mentais, danos psíquicos, nutrição, doenças infecciosas e parasitárias, doenças e agravos mais prevalentes;
- 13) inclusão do recorte raça/cor como categoria analítica das pesquisas; estímulo à pesquisa de medicamentos mais efetivos no tratamento das doenças prevalentes na população negra, incluindo fitoterápicos;
- 14) implementação do quesito cor no sistema de saúde e monitoramento da informação;
- 15) efetivação do controle social nas ações de atenção à saúde da população negra.
- 16) elaboração do caderno intitulado “A Saúde da População Negra e o SUS – Ações Afirmativas para Avançar na Equidade<sup>31</sup>”, pela Secretaria Executiva do Comitê Técnico de Saúde da População Negra.

Houve, ainda, o estabelecimento de Parceria entre o Ministério da Saúde, o Ministério das Relações Exteriores, a Organização Pan-Americana de Saúde e o Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, por ocasião da Reunião de Especialistas da América Latina e Caribe, intitulada “Assegurando que os Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Milênio – como contribuição para Superar o Racismo, a Discriminação Racial e Étnica, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância”, no período de 1º a 3/12/2004.

É importante, informar sobre a representação institucional da Seppir em espaços de debate, formulação e gestão de políticas, controle social, como:

<sup>31</sup> Disponível eletronicamente no item Saúde da População Negra, na página do Ministério da Saúde: <http://dtr2002.saude.gov.br/saudenegra/>, onde também são encontrados documentos técnicos e políticos sobre o tema.

- 
- Participação no Conselho Nacional de Saúde (CNS) para a promoção da igualdade racial, no processo de proposição, formulação de recomendações e avaliação desenvolvidas pelo conjunto de conselheiros na política nacional de saúde;
  - Participação nas conferências e fóruns temáticos; mesas de debates e eventos promovidos por sociedades científicas, ongs e governos locais, com a responsabilidade de inserir a atenção à saúde da população negra nestes espaços.

A continuidade da agenda de Atenção à Saúde da População Negra implica o estabelecimento de novas estratégias de gestão interna e externa ao Ministério da Saúde, num pacto que permita a efetivação/institucionalização das propostas de atenção à saúde da população negra no Sistema Único de Saúde (SUS).

### 2.3 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Governo Brasileiro tem mantido relações políticas, econômicas, comerciais, culturais e buscado fortalecer os laços de amizade e solidariedade com países em todos os continentes do mundo. Assim, a política externa brasileira está centrada em três importantes princípios: o equilíbrio diplomático, por meio do respeito às singularidades dos países e continentes; a valorização das relações efetivas entre os países; e, o fortalecimento do papel internacional do Brasil.

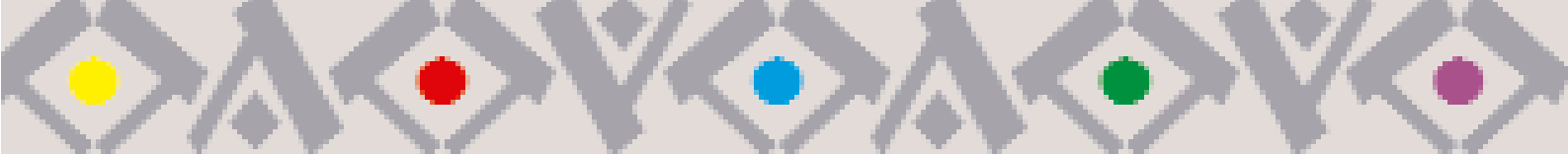
A articulação das relações internacionais tem sido intensificada e motivada por mudanças que priorizam a continuidade das parcerias já estabelecidas com países desenvolvidos, bem como pelo investimento em novos laços com os países em desenvolvimento, entendendo que é necessário um grande esforço de todos para a construção da democracia e justiça, ampliando a cultura de paz no mundo.

Esta gestão tem mostrado que seu principal propósito é contribuir para o combate à fome no Brasil e no mundo. Assim, uma das ações emblemáticas foi a presença do Presidente da República na 59ª Assembléia Geral da ONU, em 21 de setembro de 2004. Nesta oportunidade, foi enfatizada a necessidade de estabelecer novos parâmetros para a ordem mundial e a perspectiva dos países se juntarem para fortalecer a democracia como forma de garantir o desenvolvimento, combater a fome e a pobreza.

A partir da implementação de medidas que possibilitam mudanças históricas e estruturais no contexto internacional, torna-se estratégico para Seppir a aproximação com a África, a América e o Caribe, considerando os laços históricos, políticos, econômicos e culturais.

Visando ao aprofundamento da reflexão neste campo, foi realizado pela Seppir e por diversos parceiros<sup>32</sup> o Seminário “América do Sul, África – Brasil 2004 – Acordos e Compromissos para a Promoção da Igualdade Racial e Combate a Todas as Formas de Discriminação” (22, 23 e 24 de março – Brasília). Os objetivos deste Seminário foram:

<sup>32</sup> Ministérios: das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; da Saúde; do Trabalho e Emprego; da Cultura, das Secretarias Especiais de Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Fundação Cultural Palmares. Contamos também, com o apoio da Unesco; PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); DFID (Departamento Internacional para o Desenvolvimento) e UNIFEM (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher).



- a) Aprofundar a inserção da questão racial na área social, relacionando-a às estratégias de política externa do governo brasileiro, com especial atenção para o Mercosul ampliado e os países africanos;
- b) Ampliação de possibilidades de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à implementação de políticas de promoção da igualdade racial e combate à discriminação;
- c) Promoção de intercâmbio de informações e experiências entre países sobre as iniciativas que já vêm sendo efetivadas para promoção da equidade e combate à discriminação.
- d) Promoção, em âmbito nacional e internacional, do debate sobre o impacto das políticas macro-econômicas e da globalização nas condições de vida das populações discriminadas e as estratégias para combatê-las.

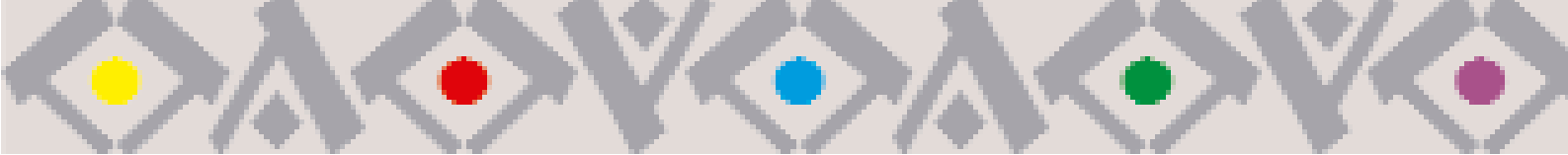
Este seminário contou com a participação de autoridades, diplomatas, gestores, técnicos e militantes de cinco países Africanos (Angola, África do Sul, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe), e sete Sul-americanos (Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Equador). Os palestrantes e participantes desenvolveram vários temas comuns às duas regiões, com prioridade às áreas sociais, considerando não apenas os aspectos institucionais, como também geração de trabalho, emprego e renda, saúde, acesso a terra, inclusão social, gênero e raça e combate à fome.

No final do seminário foi elaborada a “Carta de Brasília”<sup>33</sup>, que oferece como perspectivas para a continuidade da relação entre os países:

- Promover a inclusão das resoluções da “3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas” de Durban, nas legislações nacionais e nas políticas públicas.
- Promover a adoção de políticas afirmativas como instrumentos imprescindíveis para superação das desigualdades impostas em razão de gênero, orientação sexual, opção religiosa ou ascendência étnico-racial, dando especial ênfase à problemática enfrentada pelos povos indígenas e pelos afro-descendentes.
- Incluir a promoção da igualdade étnico-racial e de gênero na pauta dos pactos de integração econômica regionais.
- Estimular e participar da criação do Fundo Mundial de Combate à Fome, visando a fortalecer sua futura operacionalização.
- Empenhar-se sistematicamente no monitoramento e na avaliação da implementação dos compromissos assumidos em Durban, bem como envolver outros continentes e países na discussão sobre a igualdade racial.
- Difundir tanto os estudos originários do Continente Africano quanto os resultantes da relação do Continente Africano para o Continente Americano e do estudo das suas civilizações, visando à afirmação das identidades desses povos.

<sup>33</sup> São signatários da Carta de Brasília os seguintes países: Angola, Argentina, Brasil, Bolívia, Moçambique, Paraguai e São Tomé e Príncipe. Durante a Cúpula da CPLP foram acrescentados: Guiné Bissau, Portugal, Timor Leste e Cabo Verde.





O Seminário propiciou a formulação de estratégias e diretrizes para o aprofundamento da relação entre os países participantes e a perspectiva de ampliação para outros países e outras ações.

Assim, a “Carta de Brasília” foi elaborada como síntese de proposições na política de relações internacionais proporcionadas pelos países participantes do seminário.

O reconhecimento sobre a importância deste documento possibilitou sua inclusão na “Declaração Oficial dos Presidentes e Chefes de Governo dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” (CPLP), na “Cúpula dos Países da CPLP”, realizada em São Tomé e Príncipe, em 2004. Também passará a ser ofertada como ponto de partida para as ações internacionais em que a Seppir estiver envolvida.

A seguir, informaremos sobre os caminhos percorridos para a construção das relações entre os países e também articulações regionais.

## África

Rico e extenso, o continente Africano é composto por 55 países. Como em qualquer outro continente, estes países não são homogêneos do ponto de vista econômico, social e político, construindo, a partir de sua geografia e historiografia, especificidades políticas e culturais.

Este vasto continente tem vivido, nas últimas décadas, mudanças significativas na efetivação da democracia, com a descolonização de alguns países, misturando-se a um quadro de pobreza e exclusão social. Nesta ampla agenda democrática, podemos destacar o fim do regime do *apartheid* na África do Sul, em 1994, e a superação dos conflitos internos em Angola e Moçambique, como exemplos de árdua tarefa das sociedades africanas que se mobilizam para cicatrizar as feridas do passado e tratar das necessidades do presente, construindo um futuro pautado no desenvolvimento e no combate à extrema pobreza.

Para o Brasil, a segunda maior nação negra do mundo, o estreitamento das relações com a África é definido por diversos sentidos: (a) resgate da obrigação política, moral e histórica para com os descendentes de africanos; (b) o reencontro com nossas origens históricas; (c) a valorização de uma dimensão essencial e formadora da identidade cultural do povo brasileiro. Neste sentido, é preciso colaborar com a mobilização das sociedades africanas para sua sustentabilidade, ajudando no desenvolvimento econômico e na superação das marcas dos conflitos internos.

O fortalecimento da relação Brasil-África tem se desenvolvido a partir de:

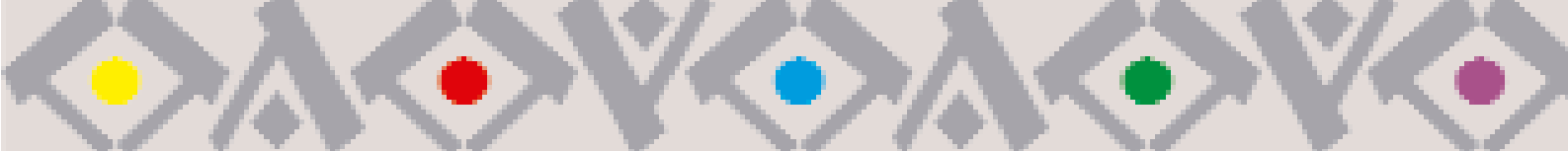
- Visitas do Presidente da República a nove países Africanos (Angola, África do Sul, Cabo Verde, Gabão, Moçambique, Namíbia, São Tomé e Príncipe, Egito e Líbia), acompanhado de uma comitiva diversificada. Estas visitas geraram dezenas de acordos bilaterais que intensificarão a cooperação em várias áreas da política econômica e social.
- Perdão da dívida de Moçambique com o Brasil, em ato assinado quando da visita ao Brasil do Presidente Joaquim Chissano, em agosto de 2004.
- Recepção, por parte do governo brasileiro, a Chefes de Estado de países africanos.
- Realização de eventos, tanto no Brasil e quanto na África, promovendo intercâmbio e formulação de política conjunta entre os países.

- Inauguração da Embaixada em São Tomé e Príncipe, além do compromisso de abertura da embaixada em Adis Abeba/Etiópia e em Yaoundê/Cameroun.
- Visitas sistemáticas de ministros, diplomatas, gestores públicos e técnicos, visando à ampliação e ao monitoramento dos acordos firmados entre os países. Neste sentido, a Seppir esteve presente em nove países: Angola, África do Sul, Cabo Verde, Etiópia, Gabão, Moçambique, Namíbia, Quênia, e, São Tomé e Príncipe.
- Apoio à roteirização do Filme “Ceixa e Elisa – Uma aventura na África Contemporânea”, do cineasta Joelzito Araújo, que é concebido na forma de road-movie e explora as proximidades, nostalgias e muitas influências entre o Brasil e o continente africano. Trata-se de um documentário de longa metragem que deverá ser gravado no Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, São Tomé e Príncipe, África do Sul e Moçambique.

Preveremos, ainda, definir acordos de trabalho com os países africanos visitados pela Seppir e com os quais desenham-se perspectivas de trabalho futuro. Como exemplo, temos a assinatura de Acordo de Cooperação na área de promoção da igualdade racial com Moçambique, em 31 de agosto de 2004, com o seguinte propósito:

- Construção de agenda de trabalho para o desenvolvimento de ações de cooperação que ampliem o conhecimento e intercâmbio entre os países brasileiros e africanos.
- Realização de pesquisa e estímulo a pesquisadores, por meio de intercâmbio bilateral entre as diferentes estruturas de estudo e pesquisas nacionais, regionais e locais relacionadas às questões raciais, historiografia, cultura, identidade negra e novos desafios diante da globalização.
- Adoção de estratégias que permitam, em consonância com as respectivas capacidades e recursos institucionais, a realização de seminários, capacitações, treinamentos, trocas de experiências e conhecimento.
- Realização de estudos comparativos sobre legislações de combate à discriminação e acesso à justiça.
- Análises comparativas das diferentes visões da história contemporânea Africana e da diáspora, dos planos de ação nacional de combate à discriminação e dos mecanismos institucionais criados para assegurar programas, bem como avaliar seu impacto na promoção da equidade.
- Monitoramento e avaliação do impacto socioeconômico das diferentes ações e programas de combate à discriminação voltados para a formação profissional, geração de emprego e renda; edição e difusão dos resultados comparativos das atividades.

Ainda participamos da preparação e da realização da 1ª Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, de 7 a 9 de outubro, em Dacar/Senegal, que teve como principal objetivo a renovação e remobilização do compromisso de “Coalizão Global pela África” considerando: (a) a mobilização de líderes e gestores governamentais do setor privado, bem como da comunidade científica da África e da Diáspora, para a promoção do



desenvolvimento técnico e científico da África; (b) a organização política e o desenvolvimento da integração econômica da África. Neste processo, foi ressaltado o papel dos intelectuais. Faz parte dele o repensar do Pan-Africanismo, formulando-se o conceito de identidade fluida, no qual a Diáspora Africana é considerada a 6ª Região da União Africana. A participação do Brasil tem grande importância neste contexto, conforme destaque dado pelo presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, um dos principais articuladores deste movimento; e pelas articulações decorrentes que estabelecem parceria entre a União Africana e o governo brasileiro. Como resultado, o governo brasileiro envolve-se neste processo de articulação com o continente africano e suas potencialidades. Assim assume, em parceria com a União Africana, a organização da Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, em 2006, no Brasil.

### **América e Caribe**

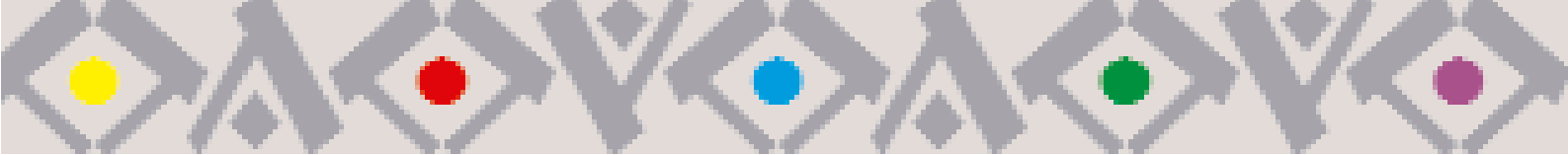
A Seppir, a partir de sua ação governamental e com a sociedade civil, tem proposto ações e parcerias diretas aos países da América Sul, da América Central e Caribe e, mais recentemente, com os Estados Unidos, além de efetivar suas relações com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Essa busca busca a troca de experiências, a integração entre os povos e propor um modelo de cultura e de desenvolvimento pautado na promoção da igualdade étnico-racial. Nessas regiões há mobilização contínua da sociedade civil e de governos, para dar continuidade às indicações da Conferência Regional realizada no Chile, em Santiago (2000), como fase preparatória para a “3ª Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata” (Durban/África do Sul, 2001). Esta forma de atuação possibilitou a criação de uma plataforma regional.

Em 2004, as diversas iniciativas da sociedade civil resultaram na criação do Comitê de Iniciativas “Santiago + 5”<sup>34</sup>, cujo objetivo é articular a concretização de uma nova conferência na região, cinco anos após a Conferência de Santiago. Fazem parte deste comitê cinco organizações e redes de reconhecimento internacional: Alianza Estratégica de Afro-Descendientes (Secretaría Ejecutiva – Organizaciones Mundo Afro, Uruguay); Fundación Ideas (Chile); Human Rights Internet (Canadá); Foro de Diplomacia Ciudadana de América Latina y Caribe (Argentina), e Instituto Interamericano de Derechos Humanos (Costa Rica). Os objetivos da iniciativa, são:

- Contribuir para a promoção de ações de combate ao racismo e à discriminação racial que contemplem a continuidade da Declaração e Plano de Ação elaborado na Conferência Regional de Santiago do Chile, em 2000;
- Contribuir para promover os processos de paz, a prevenção e a resolução de conflitos em diferentes níveis para fortalecer a estabilidade democrática;
- Contribuir para erradicar a pobreza, como parte dos objetivos de Desenvolvimento do Milênio e dos acordos de Monterrey.

Foi indicado por este Comitê o desenvolvimento de uma estratégia de trabalho que leve em consideração o processo de articulação em 2004/2005; a realização de uma

<sup>34</sup> Assimilado pelo Governo Brasileiro como Conferência Regional das Américas.

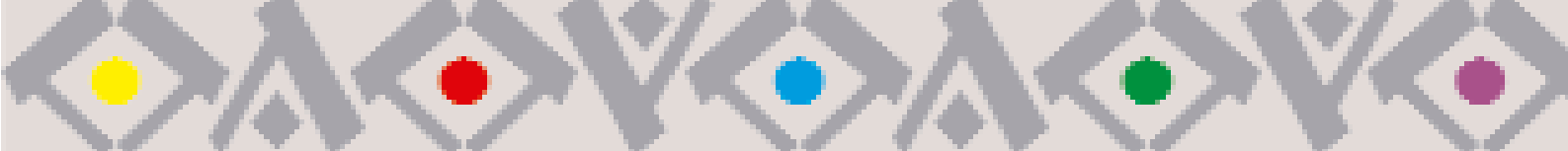


Conferência Regional Preparatória em Santiago do Chile (no final do primeiro semestre de 2005); a realização da Conferência Regional das Américas (no final do segundo semestre de 2005); e a concretização de estratégias de seguimento e implementação dos acordos a partir de janeiro de 2006.

Como primeiro passo, a Seppir organizou audiências deste Comitê com organismos do governo federal, no período de 30 e 31 de agosto de 2004, sendo estes: Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Política para as Mulheres; Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Internacionais; e Ministério das Relações Exteriores. Assim, a Seppir e demais organismos comprometeram-se com o processo organizativo com a finalidade de aprofundar os conhecimentos sobre a região. A Seppir participou de algumas atividades regionais:

- Fórum Social das Américas, realizado em Quito/Equador, no período de 25 a 29 de julho de 2004, para intercambiar informações sobre as ações de promoção da igualdade racial e identificar formas de promover articulações regionais com órgãos governamentais e sociedade civil presentes no evento, em torno da construção do processo organizativo da Conferência Regional das Américas. Nesta ocasião, ficou evidenciado o interesse de estabelecimento de relações bilaterais entre o Equador e o Brasil; e o estabelecimento de parceria com a sociedade civil, visando ao processo organizativo da Conferência Regional. Considera-se importante a ampliação da visão sobre a realidade política do continente latino-americano, com ênfase no impacto político desta sobre a população afro-descendente e indígena.
- 1ª Consulta Sul-Americana de Organismos Estatais e Multilaterais para Políticas de Promoção da Igualdade Racial, no período de 15 a 17 de novembro, em Montevídeu. Esta Consulta foi promovida pela Unidad Temática para el Desarrollo de los Afrodescendientes, organismo instalado na Intendência Municipal de Montevídeu, com o patrocínio do Ministério das Relações Exteriores, a Junta Departamental de Montevídeu e da Coordenadoria Nacional de Luta contra o Racismo e a Discriminação do Uruguai.
- Reuniões, em dezembro de 2004, em Santiago/Chile, entre o governo brasileiro e instituições governamentais e não-governamentais; e com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e o Escritório Regional do Alto Comissariado de Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe. O objetivo foi a apresentação da proposição da Conferência e a definição de estratégias conjuntas para sua realização.

Em vista do que apresentamos, foi solicitado, por meio da Missão Brasileira, junto à Sede do Alto Comissariado em Genebra, efetuar consultas oficiais informando o processo de organização da Conferência Regional das Américas. Também estamos identificando outros órgãos da ONU que poderiam igualmente aportar contribuição a essa iniciativa. Todos os esforços têm sido empreendidos para que no início de 2005 tenhamos um desfecho positivo quanto à realização da Conferência Regional das Américas no Brasil, em prosseguimento ao monitoramento de Durban.



Em outro contexto, iniciou-se também a relação com o Haiti<sup>35</sup>, considerando que a internacional (por meio da Organização das Nações Unidas-ONU e por parte de seus Estados-Membros) tem voltado suas atenções a este país. A situação econômica e social no Haiti encontra-se em situação intolerável, pois o país enfrenta profundas desigualdades econômicas e sociais, ocasionando altas taxas de mortalidade infantil, violência rural e urbana. Somando-se a este quadro, crescem também a desesperança e a crise política e democrática. Assim, a cooperação internacional tem sido firme na contribuição para o estabelecimento da boa governabilidade, para a garantia da qualidade de vida e para construção de condições de realização de eleições livres e democráticas.

O governo brasileiro vem se consolidando como importante aliado. Há mais de um ano, enviou missão para a defesa nacional e contribuição no processo de reconstrução do País, além de promover ações de solidariedade e pacificação, como a organização de uma partida de futebol com os ídolos brasileiros, possibilitando a redescoberta de novos vínculos culturais e históricos. No momento, o Brasil investe em apoiar as questões sociais, como educação, saúde e cultura, mostrando-se um participante efetivo na busca de apoio político e financeiro em âmbito mundial.

Em dezembro de 2004, a Seppir foi representada na visita chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil ao Haiti, projetando-se para, em 2005, realizar a “Campanha de Solidariedade ao povo do Haiti”. Esta Campanha será desenvolvida no Brasil, a partir de programas e projetos que mobilizem esforços de diversos setores da sociedade. O objetivo é possibilitar o conhecimento, a compreensão e o apoio para o resgate do potencial de resistência, a esperança de vida e o desenvolvimento de uma nação que lutou tão fortemente pela democracia e consolidação de sua soberania.

### **Relação com organismos da ONU**

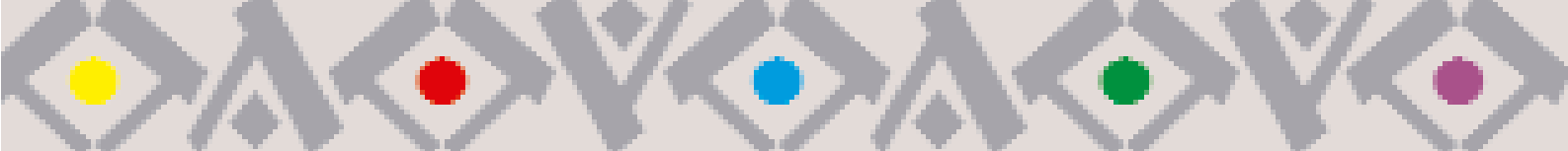
No período de 5 a 8 de março de 2004 a Seppir<sup>36</sup> representou o governo brasileiro na “Reunião do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial”, que examinou o relatório periódico sobre as medidas tomadas pelo país para implementar a “Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial”. O documento, entregue ao Comitê em maio de 2003, continha informações sobre as ações do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial até dezembro de 2002 e agrupou quatro relatórios periódicos, acumulando praticamente 10 anos de ações (Relatórios: 14º, 15º, 16º e 17º).

A elaboração dos documentos apresentados ao Comitê Cerd incorporou a contribuição de ministérios, instituições governamentais e da sociedade civil, notificando as ações realizadas em 2003 e no início de 2004. Foram reafirmadas, ainda, as medidas administrativas, legislativas e judiciais adotadas pelo Estado, dando continuidade aos compromissos assumidos a partir da Convenção.

De acordo com os métodos de trabalho do Comitê Cerd foram destacados, durante a apresentação do relatório, os pontos mais relevantes das ações do governo

<sup>35</sup> Que tornou-se a primeira república negra do mundo, em 1º de janeiro de 1804. Logo após, foi proclamada a abolição da escravidura. O país deixou de ser Colônia Francesa antes de a África ser colonizada institucionalmente. No entanto, ao longo de 200 anos a condição de vida da população foi se deteriorando, dificultando o desenvolvimento e o crescimento econômico da nação.

<sup>36</sup> A delegação brasileira, presidida por esta Secretária, contou com a participação de representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Missão Permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU).



federal na última década e foi apresentada a atualização da política no atual governo. Nas suas observações finais, editadas nas páginas do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, o Comitê felicitou o Brasil quanto à adoção, em 2002, do Programa Nacional de Ações Afirmativas, assim como o novo Código Civil que elimina as restrições discriminatórias que pesavam sobre o exercício dos direitos civis dos povos indígenas, em vigor desde janeiro de 2003. Foi destacado, igualmente a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que testemunha o engajamento do país nesse domínio<sup>37</sup>.

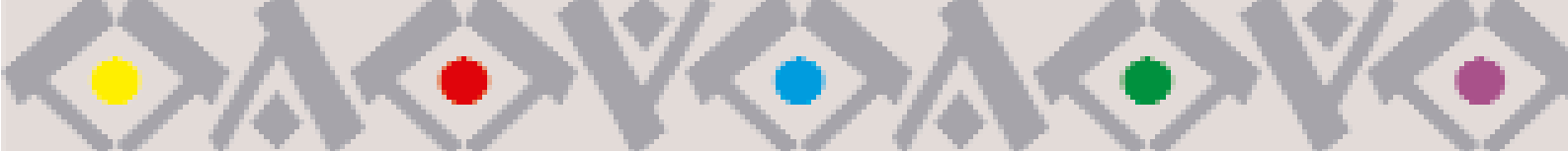
O Comitê destacou ainda a importância da ratificação do artigo 14 da “Convenção Internacional sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial”, relativo à apresentação de queixas individuais, e a aplicação da Convenção 169 da OIT, sobre os povos indígenas e tribais, que entrou em vigor em agosto de 2003.

No entanto, foi manifestada a preocupação com a permanência das desigualdades estruturais no Brasil. A partir destas preocupações, o Comitê elaborou as seguintes recomendações:

- Erradicar a segregação racial das comunidades negras (pretas e pardas), assim como dos povos indígenas, nas zonas rurais e urbanas, principalmente nas favelas e aldeias.
- Finalizar a demarcação das terras indígenas no prazo fixado (2007) e adotar medidas urgentes para reconhecer e proteger efetivamente o direito dos povos indígenas de possuir, desenvolver, controlar e utilizar suas terras, territórios e recursos.
- Acelerar o processo de identificação das comunidades e terras de quilombos, assim como a distribuição a estas comunidades dos títulos de propriedade e afins.
- Implementar políticas de registro civil de nascimento e de acesso à escola para as crianças ciganas.
- Aplicar as disposições internas pertinentes aos crimes de racismo, uma vez que, apesar do reconhecimento dos delitos de discriminação, raramente essas disposições são aplicadas.
- Inibir e combater o crescimento do número de organizações racistas e/ou neonazistas e a veiculação e divulgação de propagandas racistas via internet.
- Adotar medidas eficientes para combater o analfabetismo, permitindo, desta forma, a cada cidadão, gozar de todos seus direitos políticos, inclusive o de ser eleito para cargos públicos.

A defesa do Relatório perante o Comitê Cerd propiciou a divulgação das ações desenvolvidas pela atual gestão do governo federal no campo da promoção da igualdade racial. Ao final surgiram também propostas para a elaboração do próximo relatório, ainda nesta gestão.

<sup>37</sup> Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial (E/C.12/1Add.87 de 12/3/2004) do 64º Período de Sessões relativo ao Brasil.



Nos dias 1º a 3 de dezembro de 2004, foi realizado, em Brasília, o Seminário “Metas de Desenvolvimento do Milênio na área de saúde com enfoque étnico-racial”. Organizado pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU (EACDH) e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), com o apoio do governo brasileiro. O evento, além de sua programação, propiciou diálogos com o Embaixador representante permanente do Chile junto à ONU, em Genebra (Presidente do Grupo de Trabalho para o Seguimento de Durban) e também com um representante do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, sobre a Conferência Regional da América.

O Alto Comissariado da ONU também solicitou informes sobre outras ações de promoção da igualdade racial do governo brasileiro. Em resposta, foram elaborados documentos para o “Grupo de Trabalho de Especialistas sobre os Afro-Descendentes”; para a “Comissão de Direitos Humanos sobre a implementação da Declaração e do Plano de Ação de Durban”; e para o “Relator Especial sobre as Formas Contemporâneas de Racismo”.

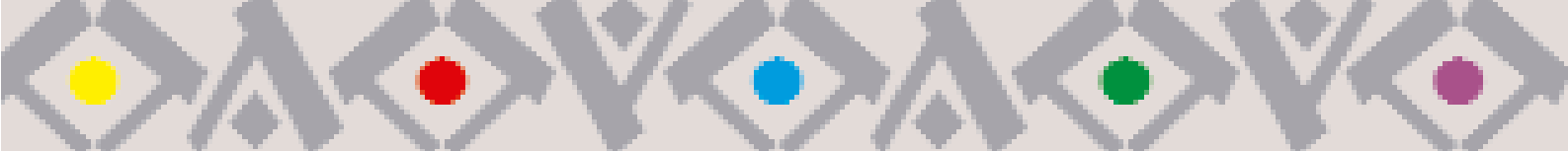
No que diz respeito aos trabalhos conjuntos da Seppir com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), foram desenvolvidos seminários, reuniões e uma visita à Direção Geral, em Paris. Os contatos reafirmaram a importância do trabalho local e do desenvolvimento de ações do “Ano Internacional de Comemoração da Luta contra a escravidão e sua Abolição”, programado pela Unesco.

São desenvolvidos trabalhos conjuntos com outras agências da ONU, como Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem); Organização Internacional do Trabalho (OIT); e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)<sup>38</sup>. Os trabalhos com todas as agências inserem-se no Programa Brasil Quilombola e Ações Afirmativas, como forma de apoio à estruturação do conjunto das ações da Seppir e também das relações internacionais.

Nos dias 10 a 12 de junho, participamos da 9ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, na cidade do México, promovida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Esta conferência, pautada pelas políticas de gênero, teve como tema central: Pobreza, economia e equidade de gênero. Participaram organizações governamentais e não-governamentais da região, que elaboram políticas voltadas ao desenvolvimento das mulheres e às questões de gênero. Neste sentido, foi possível intercambiar experiências e incluir o componente promoção da igualdade racial nos debates. Como apontamento para ações futuras, foi elaborada a proposta de continuidade dos debates, intercâmbios e construção de uma agenda de trabalho para a região, sob a perspectiva da promoção da igualdade racial, junto aos órgãos governamentais e a Cepal.

Participamos, ainda, do 30º período de sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), no período de 27 de junho a 2 de julho. O evento contou com a participação a mais de 900 delegados dos 41 estados membros e sete sócios desta instituição, bem como com representantes de organismos especializados das Nações Unidas, organizações não-governamentais e convidados especiais.

<sup>38</sup> O PNUD também vem apoiando e patrocinando projetos na área racial desde o período que antecedeu a III Conferência contra o Racismo, com o financiamento de estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na constituição de banco de dados e na elaboração de diagnósticos sobre as desigualdades raciais no Brasil.



Fizeram parte das delegações oficiais ministros e secretários de estado de educação. Entre as resoluções aprovadas, destacamos o apoio à Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti, que solicita à Secretaria da Cepal que, no marco deste esforço, em plena cooperação com o Governo de transição de Haiti e com estreita coordenação, apóie países da região. Em outras resoluções, os assistentes ao 30º período de sessões da Cepal aprovaram o programa de trabalho para o biênio 2006-2007, bem como a realização de atividades conjuntas entre Cepal e Unesco para promover e fomentar as metas de educação na região. O período de sessões da Cepal é um encontro de máxima relevância para esta comissão regional das Nações Unidas. Celebra-se a cada dois anos e nele seus Estados membros examinam a marcha das atividades realizadas durante o biênio anterior e aprovam o plano de trabalho para o seguinte. É, ademais, uma instância para analisar temas de importância para o desenvolvimento dos países da região.

### **Organização dos Estados Americanos (OEA)**

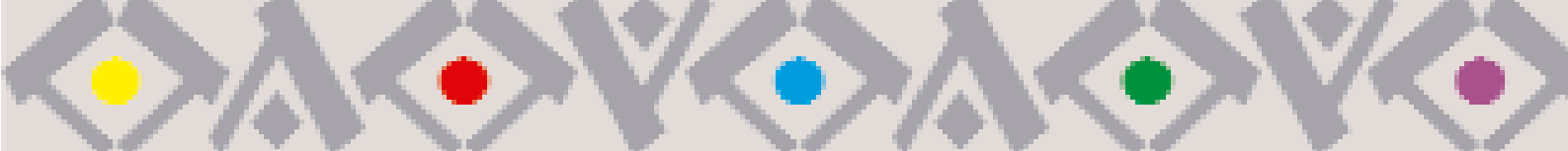
No início de 2004, como desdobramentos de trabalhos realizados no período de 2000 a 2003<sup>39</sup>, o presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) visitou o Brasil para aprofundamento de relações e diálogos. Os debates se deram em torno da proposta de criação de um organismo para acompanhar os casos de racismo nas Américas e fortalecer a Convenção Internacional sobre Todas as Formas de Discriminação Racial.

Neste mesmo ano, também houve a participação da Seppir, em conjunto com a Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Ministério das Relações Exteriores, na reunião de trabalho junto a “Comissão Interamericana de Direitos Humanos”, tendo em vista os encaminhamentos para os casos de racismo denunciados nesse organismo. Diante desses casos, os peritos constataram que não basta que o país tenha leis avançadas, mas que é necessário que os agentes do Estado estejam aptos a implementar essas leis nos casos concretos. Como membro da OEA, respeitamos as decisões e reconhecemos a necessidade de investimentos para resolução de casos em tramitação. Os acordos devem levar em consideração a reparação da lesão não só no âmbito particular, mas sobretudo que essa ação se torne um mecanismo preventivo para que práticas discriminatórias não aconteçam.

Na oportunidade, foram realizadas reuniões com o presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e com a representante da Organização “Global Rights”. O objetivo era avançar na criação de uma relatoria sobre afro-descendentes dentro da Comissão, com o intuito de fornecer subsídios à construção da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar o racismo e toda forma de discriminação e intolerância.

<sup>39</sup> Em 2000, a Assembléia Geral confiou ao Conselho Permanente a atribuição de estudar a necessidade de uma Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar o racismo e toda forma de discriminação e intolerância. Em 2001, a resolução aprovada tratava da contribuição dos Estados da região para o sucesso da Conferência Mundial de Durban. Em 2002, a resolução da AGOEA não trouxe avanço em relação ao ano anterior. Em 2003, na Agoea de Santiago foi aprovada uma resolução que determinou a elaboração de dois importantes estudos: o primeiro, de autoria da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, sobre as políticas de ação afirmativa implementadas por Estados da região; o segundo, de autoria do Centro de Estudos de Justiça das Américas, sobre o comportamento do poder judiciário da região no julgamento de casos de alegada prática de racismo. Neste mesmo ano, foi respondido o questionário sobre a questão racial no Brasil, tendo como seqüência, no mês de outubro, a participação da Ministra da SEPPIR na audiência junto a CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA.





No último dia 9 de dezembro, foi realizada “Sessão especial da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos (CAJP)”, destinada ao intercâmbio de experiências e capacitação de melhores práticas na adoção de medidas contra o racismo e todas as formas de discriminação e intolerância. A sessão foi assistida por um número expressivo de representantes diplomáticos das delegações dos Estados-Membros da OEA, representantes do governo brasileiro (Seppir, SEDH e MRE) e da Missão do Brasil junto à OEA e autoridades dos governos dos Estados Unidos e da Guatemala. O encontro foi aberto com a apresentação dos resultados da pesquisa “Administração de Justiça e Discriminação Racial de Afro-Descendentes”, pelos consultores do Ceja<sup>40</sup>. Os debates resultantes relançaram o tema da “Convenção Interamericana contra o Racismo e Todas as Formas de Discriminação e Intolerância” na agenda de trabalho da OEA, explicitando a persistência de um sério problema de invisibilidade das práticas de racismo e intolerância que vitimam a população afro-descendente na região. As conclusões e recomendações do estudo do Ceja demonstram a necessidade de adotarmos uma convenção regional inovadora que aperfeiçoe o combate às práticas contemporâneas de racismo, discriminação e intolerância.


Posteriormente, os representantes da CIDH reafirmaram o compromisso de identificar e implementar mecanismos eficazes na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação e intolerância. Nesse sentido, confirma-se a decisão, adotada durante o 121º período de sessões da entidade, de criar uma Relatoria Especial sobre os Direitos dos Afro-Descendentes e contra a Discriminação Racial. Tal decisão, que será formalizada no seu próximo período de sessões (21 de fevereiro a 11 de março de 2005), foi impulsionada a partir do compromisso, assinado pela Seppir, de contribuição financeira e política para a estruturação deste trabalho.

### Participação em eventos internacionais

A Seppir participou de um conjunto de atividades, atendendo a convites de instituições públicas e privadas, sendo elas:

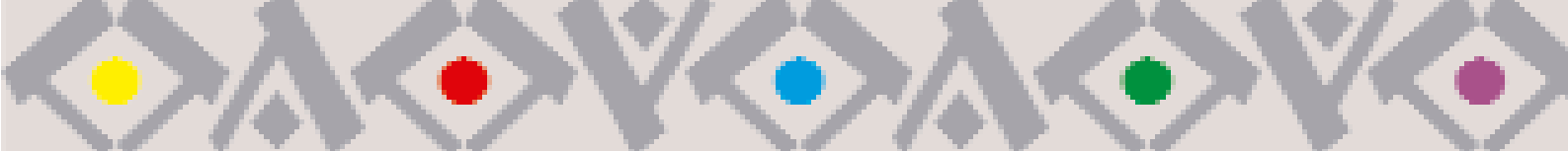
- A “Oficina de Capacitação sobre Liderança e Desenvolvimento Socioeconômico em Comunidades Afro-Descendentes da América Latina e Caribe”. *Promoção: Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) – Honduras, de 2 a 4 de fevereiro.* O trabalho, realizado em parceria entre a Seppir e o Ministério da Saúde, objetivou a implantação e implementação de uma política nacional de saúde da população negra no Sistema Único de Saúde. Constituiu-se em uma referência para a formulação de um trabalho regional, contribuindo para a organização da *Reunião de Especialistas da América Latina e Caribe*, intitulada “Assegurando os Objetivos de Desenvolvimento das Nações Unidas para o Milênio”, realizada em dezembro no Brasil.
- O Seminário “Comunidade – Baseado na gerência de bacia hidrográfica”. *Promoção: Centro de Assentamentos Humanos da Universidade Brithish Columbia – Canadá, de 23 a 27 de fevereiro.* Realizado com o objetivo de

<sup>40</sup> Mandato estabelecido pela AG/Res. 1930, de junho de 2003



examinar os resultados sobre a capacidade de construção do projeto Gerenciamento Participativo para Áreas de Mananciais (Gepam), explorando as possibilidades de replicabilidade, resultou na elaboração de um projeto para melhorar a governança nas áreas metropolitanas brasileiras por meio de uma ação de transferência de tecnologia entre o Governo Federal, a Universidade British Columbia e a Cida (Agência Canadense para o Desenvolvimento).

- O “Seminário Capital Social Internacional”. *Promoção*: Centro de Política Estrangeira (Foreign Policy Centre – FPC) – Inglaterra, 29 de março. Aprofundou as discussões em torno do custo do capital social e as políticas sociais a partir das economias modernas. Apontou possibilidades de intercâmbio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, enfocando três temas: capacitação das mulheres; comunidades em situação precária; e relações raciais.
- O “1º Congresso Mundial de Mulheres Negras Líderes”. *Promoção*: *Diversos grupos voluntários, sob a coordenação da Unesco – França, 1 e 2 de julho*. Teve por objetivo responder a necessidade das mulheres negras, líderes em diferentes países e continentes, de se conhecerem e partilharem suas experiências. Como proposta de continuidade e de integração às estratégias propostas neste encontro mundial, foi realizado, em agosto, o workshop “Políticas Públicas sob o olhar das Mulheres Negras”, que contou com a participação da principal organizadora do “1º Congresso Mundial de Mulheres Negras Líderes”. Entre outros objetivos, o encontro articulou as propostas de que o 3º Congresso seja organizado no Brasil, em 2006, após o 2º Congresso, em 2005, já agendado para acontecer nos EUA.
- A “World Culture Open (WCO)”. *Promoção*: *União das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco); World Federation of United Nations Associations (Wfuna); World Conference Religions for Peace; Islamic Educational, Scientific and Cultural Organization; Center for the Study of Global Issues, University of Georgia (Globis); International Centre for Transcultural Education, University of Maryland; New York Open Center; Equator Initiative e United Nations Development Programme – Estados Unidos, 9 e 10 de setembro*. Neste evento, foi apresentada a realidade cultural e política de cada país. Os países representados pelo poder público foram Bangladesh; Mali; Moçambique; Rwanda; Senegal; Gabão e Brasil. Ao final do encontro, houve uma reunião entre os ministros, que elaboraram importantes indicativos:
  - A Paz Mundial está circunscrita entre a guerra e a paz. A guerra é um dos resultados de pouco investimento político e econômico na educação e na cultura, além dos problemas relacionados às abordagens da mídia.
  - Os festivais de cultura, sejam eles nacionais ou internacionais, a exemplo do WCO, podem reunir os diferentes povos, aliar conhecimento, cultura e tecnologia.
  - A *Carta de São Paulo*, resultado da Conferência Mundial de Cultura, é um importante instrumento para prosseguir a agenda mundial em prol da Cultura de Paz.

- 
- Foram feitas propostas para uma *Olimpíada Cultural* e a indicação de que o próximo Fórum WCO aconteça no continente Africano.
  - “Encontro Regional de Capacitação em Comunicação, Informação e Formação de Redes entre os Mecanismos da Mulher”. *Promoção: Unidade da Mulher da Cepal – Chile, 1 e 2 de dezembro*. Este encontro foi realizado paralelamente à *Consulta à Comissão Econômica para América Latina e Caribe/Cepal* e teve como resultado a criação de uma rede de informação entre os países da Região, que servirá não só de apoio à Conferência Regional da América, mas também para ampliar as relações da Seppir com a América Latina e Caribe.

Este conjunto de atividades propiciou o enriquecimento do trabalho no campo internacional. Algumas delas apontaram para continuidade de ações, a serem incorporadas nas prioridades de trabalho da Seppir.

#### 2.4 – CAPACITAÇÃO PARA A IGUALDADE RACIAL

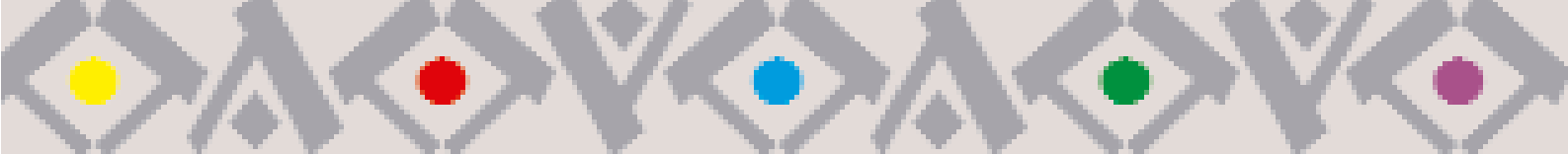
A “Capacitação de gestores públicos e de agentes sociais para operar políticas de promoção da igualdade racial” é uma linha definida no Plano Plurianual (PPA), como elemento fundamental para a garantia da transversalidade de raça nas políticas públicas. Assim, após diálogos com o Ministério do Planejamento, realizou-se, ainda em 2003, uma oficina sobre a transversalidade de gênero e raça nas ações do governo federal. Participaram desta oficina as Ministras da Seppir e da SEPM, os gestores e técnicos do Ministério do Planejamento, do Ministério do Meio Ambiente, e da SEDH.

Em 2004, as três Secretarias Especiais (Direitos Humanos, Igualdade Racial e Políticas para Mulheres) que integram a estrutura da Presidência da República, inseriram em seus respectivos orçamentos – LOA 2005 – uma ação padronizada intitulada ‘Capacitação de Agentes Públicos em Temas Transversais’, com o objetivo de propiciar a formação nos temas de direitos humanos, gênero e raça de servidores públicos federais, estaduais e municipais, titulares de cargos políticos e agentes de segurança pública.

Assim, o planejamento comum dessa ação pelas três Secretarias, em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), reafirma a perspectiva de nivelar o entendimento sobre o que se pretende com capacitação de agentes públicos em temas transversais, o engajamento de outros atores, internos e externos, cuja participação venha a contribuir para a implementação desta iniciativa inédita na Administração Pública Federal.

Tendo em vista a promoção da igualdade racial, a Seppir firmou parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do qual pretende-se intensificar as ações Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, a Erradicação da Pobreza e a Geração de Emprego (GRPE)<sup>41</sup>, que contribui para as bases

<sup>41</sup> O GRPE é parte constitutiva de um Programa inter-regional da OIT que vem sendo implementado em várias regiões do mundo, e particularmente em 9 países da América Latina.



programáticas e metodológicas das atividades de Capacitação para a Igualdade Racial da Seppir. Esta parceria é decorrência do Protocolo de Intenções para implementação do GRPE, envolvendo vários organismos de governo<sup>42</sup>.

Por meio das ações propostas no GRPE, objetiva-se o aprofundamento do conhecimento sobre as temáticas de gênero e raça, com vistas à formulação e implementação de políticas transversais que contribuirão para reduzir as desigualdades; e fortalecer as capacidades institucionais dos gestores públicos e atores sociais para formular, implementar e avaliar políticas de combate à pobreza e geração de emprego e renda.

Trata-se de uma ação de grande importância, como base para a sedimentação das políticas públicas. A implementação deste Programa no Brasil tem um aspecto inovador, pois incorpora, pela primeira vez, a dimensão racial de forma sistemática. A Seppir teve um papel de protagonista neste processo.

A metodologia do GRPE fundamenta-se numa estrutura modular, flexível, dinâmica e participativa. A formação baseia-se nos conteúdos teóricos contidos no *Manual de Formação da OIT*, composto por oito módulos<sup>43</sup>, que abordam conceitual e empiricamente diversos aspectos das políticas públicas voltadas à superação da pobreza, à geração de emprego e trabalho.

Além da sensibilização, capacitação e formação dos gestores públicos e outros atores sociais (em particular organizações sindicais e de empregadores), o GRPE pretende oferecer assistência técnica para a formulação e reformulação de políticas públicas selecionadas e desenvolver experiências-piloto.

Têm sido realizadas várias atividades em âmbito federal e também em quatro localidades para as quais o projeto, em sua experiência piloto, se destina: Grande ABC (SP)<sup>44</sup>; São Paulo (SP); Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (MG)<sup>45</sup>; e Salvador (BA). As atividades envolvem todos os ministérios parceiros.

Em âmbito federal, foi desenvolvida a 1ª Oficina Nacional de Formação de Gestores do GRPE, em fevereiro/2004, em Brasília, com a participação de aproximadamente 65 pessoas, entre gestores e servidores federais; representantes de prefeituras, entidades sociais e sindicais; e representantes das quatro localidades já mencionadas.

Os indicativos das discussões desta oficina foram transformados em metas:

- Desagregar os dados sobre o mercado de trabalho por cor e sexo.
- Normatizar e padronizar as rotinas de coleta e processamento de dados, considerando os enfoques de gênero e de raça.

<sup>42</sup> Ministério de Educação; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Previdência Social; Ministério da Saúde; Ministério do Desenvolvimento Social; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria Especial de Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

<sup>43</sup> O Manual do GRPE é composto dos seguintes módulos: a) módulo 1: Tendências, problemas e enfoques: um panorama geral, Sessão 1: Fatos e números: gênero, raça pobreza e emprego, Sessão 2: Pobreza: conceitos em evolução e estratégias de desenvolvimento, Sessão 3: Gênero, raça. Pobreza e emprego: estratégias para a ação; b) módulo 2: A questão racial, pobreza e emprego no Brasil: tendências, enfoques e políticas de promoção da igualdade; c) módulo 3: Acesso ao Trabalho Decente; d) Módulo 4: Capacidade de organização e negociação: poder para realizar mudanças; e) módulo 5: Acesso aos Recursos Produtivos; f) módulo 6: Recursos Financeiros para os Pobres: o Crédito; g) módulo 7: Investir nas pessoas: Educação básica e profissional; h) módulo 8: Ampliar a proteção social.

<sup>44</sup> Região composta por sete Municípios: Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

<sup>45</sup> Esta região contempla municípios de três Estados da Federação: Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, por meio da união de 111 municípios representados pela Mesovales, uma Organização Não-Governamental que desenvolve parcerias com os governos federal, Estadual e com instituições de ensino para fomentar o desenvolvimento regional na região mencionada.

- Aprofundar a discussão sobre trabalho decente;
- Capacitar e sensibilizar coletores de dados e profissionais responsáveis e desenvolver de metodologia para incorporação dos enfoques de gênero e raça nas políticas públicas.

Com isso, foram intensificados os esforços na articulação para implementar tais metas, consolidadas em um “Plano de Ação” que é coordenado por um Grupo de Trabalho composto por dois representantes de cada organismo federal envolvido no Programa. Destaca-se uma executiva formada pela Seppir, SPM, MTE, MDS e OIT. A partir deste GT, foi realizado o planejamento das ações conjuntas, ampliando o diálogo com: Escola Nacional de Administração Pública (Enap) do Ministério do Planejamento e Orçamento com o objetivo de ampliar a capacitação para os gestores públicos federais.

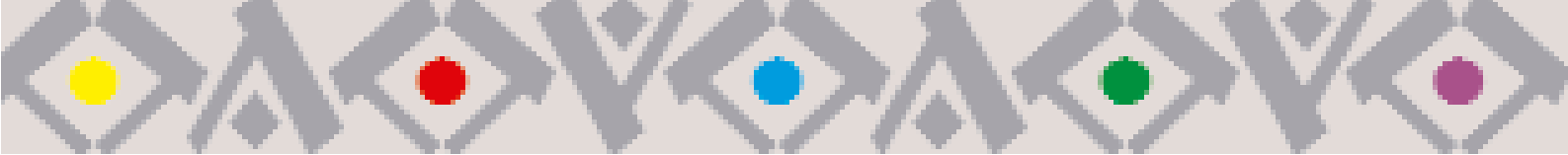
Soma-se a estas ações a realização da 1ª Oficina Sindical de Formação e Planejamento do GRPE, com representantes das centrais sindicais em outubro de 2004, no Estado de São Paulo, que contou com a presença dos vários representantes das centrais sindicais. Nesta ocasião, foram propostos como objetivos: (a) apresentar o processo histórico deste Programa; (b) familiarizar os participantes com o conteúdo e o método desenvolvidos nos diferentes módulos do Manual de Formação; (c) estabelecer as bases da cooperação técnica para consolidar um Plano de Ação; (d) sensibilizar e subsidiar os diversos grupos do poder executivo, das entidades de trabalhadores e empregadores para a implantação da *Comissão Tripartite pela Igualdade e Oportunidade de Gênero e Raça no Trabalho*.

Durante a Oficina, foi definida como estratégia a formulação de cláusulas de igualdade de gênero e raça nas negociações coletivas para garantir a igualdade de oportunidade para negros e mulheres no emprego e na ocupação.

Com o objetivo de garantir a formação contínua dos gestores e demais parceiros do Programa (organizações sindicais e empresariais, pesquisadores/as e acadêmicos/as) e subsidiar a implementação do Plano de Ação, a partir de março/2004, o Grupo de Trabalho promoveu reuniões temáticas. Nestas reuniões, foram desenvolvidos os seguintes temas: (1) feminização da pobreza e gênero e raça no funcionalismo público federal; (2) uma leitura sobre gênero e raça no fenômeno do desemprego no Brasil; (3) Raça e Gênero no Serviço Público – Uma Análise das Políticas de Promoção da Igualdade Racial Implementadas no Âmbito do Governo Federal; (4) apresentação da Convenção nº 156 da OIT sobre Trabalhadores com Responsabilidades Familiares.

Foram realizadas também várias Reuniões de Trabalho com os Ministérios e Secretarias Especiais que integram o GRPE no governo federal, entre elas as de apresentação e planejamento das ações de implementação do GRPE no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a de preparação de uma agenda de trabalho com o Ministério da Previdência Social que contempla a participação no Seminário Nacional de Inclusão Previdenciária realizado em Recife, em novembro de 2004, a capacitação dos gestores do Programa Educadores Previdenciários (PEP), em 2005, e a construção do plano de ação de implementação do GRPE por meio das ações dos educadores previdenciários.

Para o fortalecimento das parcerias firmadas na realização das experiências piloto do GRPE, foram desenvolvidos convênios que possibilitaram a um grande número de oficinas de sensibilização e capacitação de gestores públicos, destacadamente na Região do ABC Paulista e na cidade de São Paulo.



No ABC Paulista foi estabelecido convênio com o “Consórcio Intermunicipal Grande ABC” – composto por sete municípios da região que se organizam com a finalidade de planejar ações integradas, na perspectiva do desenvolvimento econômico local e regional. Em fevereiro/2004, foi assinado um Acordo de Cooperação com a Câmara Regional do Grande ABC e, a seguir, realizamos duas oficinas de capacitação com cerca de 60 gestores públicos que elaboraram um Plano de Ação com as principais diretrizes de implementação do GRPE. O Convênio entre a Seppir e o Consórcio prioriza a implementação do quesito cor/raça e sexo nos Programas Sociais de Transferência de Renda, Banco do Povo, Casa Abrigo e Mova Regional. Tal estratégia tem como finalidade garantir informações sobre gênero e raça dos beneficiários destes programas, além da reformulação da coleta de dados representativos com a composição étnica da população dos sete municípios do Grande ABC.

O Protocolo de Intenções e o Convênio com a Prefeitura do Município de São Paulo, a partir da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Solidariedade (SDTS), envolveu também a Coordenadoria Especial dos Assuntos da População Negra (Cone) e a Coordenadoria Especial da Mulher (CEM). Foram realizadas doze oficinas de sensibilização e capacitação atingindo mais de 400 participantes entre gestores, servidores e estagiários da prefeitura. As ações foram coordenadas pelo Grupo de Trabalho Diversidade da SDTS, entretanto, participaram deste processo mais quatro Secretarias Municipais: Saúde, Planejamento Urbano, Segurança Pública e Subprefeituras. Esta experiência culminou com a criação do GT Diversidade Intersecretarial<sup>46</sup> com a finalidade de promover a integração entre todas as Secretarias Municipais e outros órgãos institucionais, agregando a perspectiva da igualdade de gênero e raça, como temas centrais, em todas as políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Município de São Paulo.

As ações mencionadas são estratégias para contribuir com a alteração das políticas de trabalho e emprego no Brasil a partir de debates, reflexões, estabelecimento de alianças e fortalecendo experiências inovadoras que remodelam as políticas públicas, em médio e longo prazo.

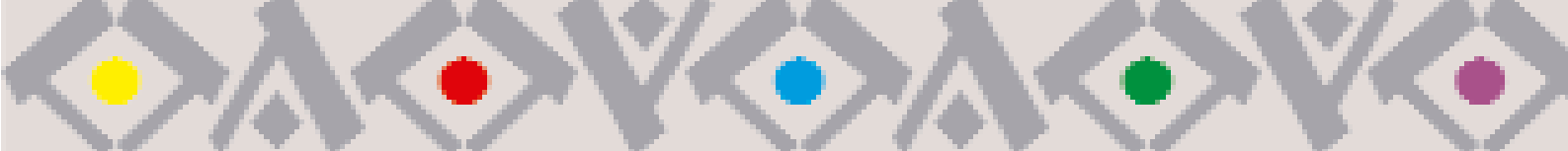
## 2.5 – OUVIDORIA E ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A experiência de gestão da Seppir e o reconhecimento de que a discriminação étnico-racial figura entre as principais causas da desigualdade e exclusão social demonstraram a necessidade de estruturação de um sistema de ouvidoria capaz de intervir efetivamente nas situações de racismo institucional. Assim, este setor passa a existir no interior da Seppir com o propósito de sistematizar as formas de discriminação presentes na sociedade.

À Ouvidoria compete:

- Receber, analisar e encaminhar as denúncias de racismo institucional de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados por discriminação racial.
- Acompanhar os encaminhamentos dados junto aos organismos de governo e manter informado o demandante.

<sup>46</sup> O GT Intersecretarial foi criado pela Portaria nº 37- SDTS, de 23 de Dezembro de 2004.

- 
- Formar Comissões Especiais, compostas por membros do CNPIR e peritos ou autoridades especificamente convidados a integrá-la, mediante fixação de prazo de atuação, para elaboração e apresentação de relatórios à titular da Seppir.
  - Participar da mediação de conflitos oriundos de comunidades de remanescentes de quilombos, por ocasião do processo de titulação da terra.
  - Identificar junto aos outros organismos de governo, especialmente a Secretaria Especial de Direitos Humanos e Secretaria Especial de Política para Mulheres, as situações que possibilitem a atuação conjunta em casos de violação de direitos.
  - Acompanhar e avaliar a execução das políticas anti-racismo.

Quanto à assistência jurídica, simultaneamente à estruturação da Ouvidoria, houve uma resposta às demandas de entidades da sociedade civil, particularmente do movimento negro, para atendimentos emergenciais em cidades portuárias, aonde chegam imigrantes irregulares e, em muitos casos, são imediatamente encaminhados ao cárcere sem que tenham cometido nenhum ato criminoso.

Para dar encaminhamento a esta demanda, a Seppir reuniu-se com entidades dos municípios de Recife (PE), Salvador (BA), Rio Grande (RG), Santos (SP) e São Paulo (SP), para um melhor entendimento da complexidade do problema, em contexto local.

Foram realizados sete seminários para intercâmbio de experiências junto a ONG's com atuação nas temáticas racial e direitos humanos. Participaram cerca de quarenta pessoas em cada seminário, entre operadores de direito, militantes do movimento negro e de direitos humanos. Na ocasião, foi aprofundado também o conhecimento sobre a experiência das organizações envolvidas e sobre o que já vinham desenvolvendo na área, para dimensionar a contribuição de cada uma na formatação de um projeto nacional.

Resultado desse esforço foi a elaboração do *“Projeto: Assistência Humanitária ao Imigrante Irregular”*, que assume como propósito o tratamento condizente às pessoas que cruzam ilegalmente as fronteiras de nosso país, premidas exclusivamente pela impossibilidade de ficar em segurança em seu território nacional de origem (refugiados). Antes do reconhecimento de seu *status* de refugiado ou da denegação a esse pedido, na condição da irregularidade, essas pessoas continuam sujeitos de direitos fundamentais, conforme a Constituição Federal e Pactos Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil faz parte.

O Projeto, hoje, se configura numa ação inovadora no âmbito da Política de Igualdade Racial do Governo Federal, particularmente no aprofundamento do princípio da gestão democrática, visto que por ele a sociedade dialoga com as autoridades de imigração e afins e ao mesmo tempo cria alternativas para o acolhimento de imigrantes irregulares enquanto aguardam um pronunciamento final sobre sua permanência regular no território nacional.

Agrega-se ao conjunto de ações apresentadas o esforço de ampliação da base de conhecimentos relativos ao tema por meio de estudos e pesquisas, cujos resultados têm sido divulgados por meio de grupos de discussão, publicações e pela internet.

A implementação deste Projeto constituiu-se também num importante mecanismo de sensibilização e articulação entre os operadores de direito e militantes do movimento negro e de direitos humanos, tendo em vista a pouca formação desses operadores no manejo dos instrumentos jurídicos centrais em torno do tema.








### *3 – Considerações Finais e Perspectivas para 2005*





Várias das ações relatadas, que fazem parte das realizações da Seppir em 2004, apresentam desdobramentos, e representam desafios para 2005, que foi instituído o “Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial”. Assim, avaliamos positivamente a continuidade de iniciativas, projetos, parcerias e articulações voltados à construção de políticas de promoção da igualdade racial, em médio e longo prazos.

Pretende-se ampliar o horizonte de intervenção da Seppir a partir da ação conjunta com o Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR).

O Fipir dará continuidade às ações voltadas para a educação e ampliará sua pauta, explorando os temas Desenvolvimento, Trabalho, Geração de Renda e Saúde e Cidadania. A estratégia de aproximação dos governos estaduais dar-se-á por meio de um Termo de Adesão ao Fórum e de Cooperação Técnica, seguido de convênio para a elaboração de um Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial, com base na realização das Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial. Já os governos municipais serão convidados a aderir ao Fipir e a dialogar sobre as possibilidades de fortalecimento da relação governo federal e município, por meio da estruturação de organismos para o desenvolvimento de políticas de promoção da igualdade racial e de ações.

O CNPIR tem por responsabilidade, juntamente com a Seppir, realizar e coordenar a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), que ocorrerá em Brasília, no período de 30 de junho a 2 de julho de 2005, cujo tema central é “Estado e Sociedade – Promovendo a Igualdade Racial”. O documento base será composto pelos seguintes eixos temáticos:

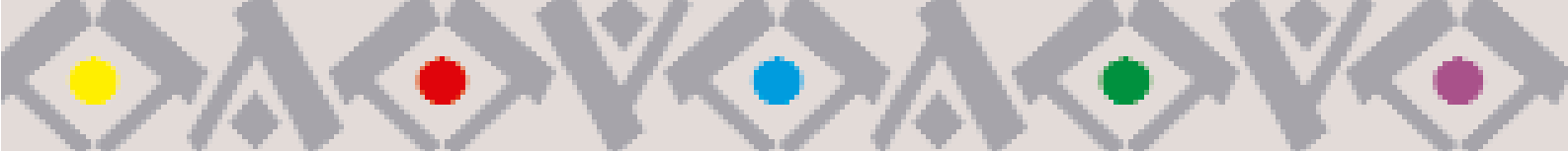
- Reflexão sobre a realidade brasileira do ponto de vista da sociedade e da estrutura do Estado, observando os mecanismos de reprodução da discriminação, do racismo e das desigualdades raciais.
- Avaliação das ações e políticas públicas desenvolvidas para a promoção da igualdade nas três instâncias de governo – municipal, estadual e federal, bem como o cumprimento dos compromissos internacionais objetos de acordos, tratados e convenções.
- Proposição de diretrizes para a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica considerando a perspectiva de gênero, cultura e religião.

Está prevista a participação de 1.136 delegados de todo o País, e aproximadamente 300 convidados nacionais e internacionais.

Antecedendo a 1ª Conapir, serão realizadas Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial (Coespír); eventos municipais e regionais para o aprofundamento do conteúdo a ser tratado nas Coespír e na 1ª Conapir. Serão realizadas duas Consultas: a indígena e a quilombola<sup>47</sup>. Poderão também, ser agendadas Audiências Públicas com ciganos, árabes, palestinos e judeus<sup>48</sup>. Todas estas atividades serão realizadas em conjunto com as entidades representativas dos diversos grupos raciais integrantes do CNPIR e demais parceiros.

<sup>47</sup> Estas consultas também indicam delegados para a 1ª CONAPIR.

<sup>48</sup> Estas Audiências serão momentos de aprofundamento de debates e não indicam delegados.



Na véspera da 1ª Conapir será realizado o Painel Internacional: Ações Afirmativas e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, nos dias 28 e 29 de junho. O painel contará com a presença de representantes governamentais e não-governamentais nacionais e estrangeiros, que acompanharão a 1ª Conapir na qualidade de convidados.

Ainda em 2005, haverá uma intensa articulação entre os vários ministérios que realizarão atividades por ocasião do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Anpir). A proposição para o Plano do Anpir deu-se a partir do desenvolvimento das prioridades estabelecidas em 2003 e 2004 e das formulações do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir); do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR); e do Movimento pela Diversidade, estruturado a partir da Campanha da Diversidade.

Para a coordenação do desenvolvimento das atividades do Anpir foram destacados, no Decreto Presidencial, a Seppir e o Ministério da Cultura. Estes dois organismos prestarão apoio administrativo, político, teórico e logístico para a consecução dos trabalhos a serem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho Executivo, estruturado a partir de Portaria.

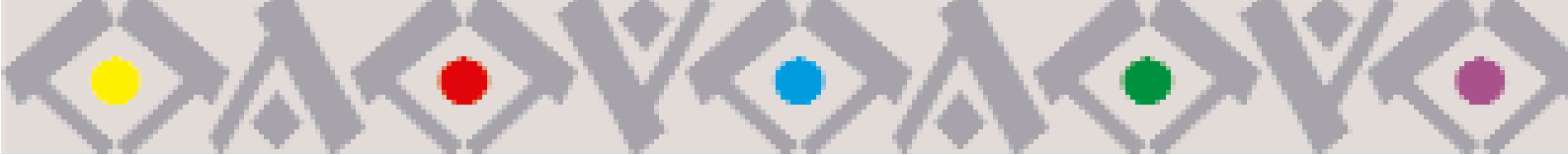
A estrutura básica do ANPIR foi concebida a partir de quatro blocos de ações:

- 1) Integração dos diferentes órgãos do governo federal na definição e execução do Plano de Ação do Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- 2) Elaboração de estudo e avaliação parcial das políticas de promoção da igualdade racial.
- 3) Premiação de experiências bem sucedidas em diversos campos das ações afirmativas.
- 4) Apoio à valorização da história, da cultura e das conquistas dos grupos étnico-raciais discriminados.

Diante destes indicativos de ação, os grandes destaques deste ano serão a realização da 1ª Conapir; a ampliação da Campanha da Diversidade; e a Conferência Regional das Américas, que tem por objetivo avaliar o desenvolvimento das políticas de promoção da igualdade racial após da 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban – África do Sul, em 2001.

Esta Conferência Regional das Américas deve constituir-se em um marco para o Brasil e também no campo internacional. Apontamos ainda que a Relatoria sobre afro-descendentes instalada na Organização dos Estados Americanos (OEA) por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos fortalecerá estudos e análises sobre a realidade dos afro-descendentes na região e subsidiará na construção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar o Racismo e Toda Forma de Discriminação e Intolerância. Planejamos também:

- a) consolidar as relações com o continente Africano, com a América Latina e Caribe, a partir de relações bilaterais entre os países;

- 
- b) sediar, em outubro, a 3ª Conferência da Aswad (Associação para Estudo da Diáspora Africana), prevendo a participação de estudiosos do mundo inteiro;
  - c) realizar uma Campanha de Solidariedade ao Haiti, dando ênfase aos processos de resistência negra à colonização;
  - d) contribuir, em 2006, com a organização da Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora no Brasil.

Ainda no âmbito nacional, no que se refere ao campo legal, há o desafio de promover debates, ações e reflexões para propiciar a aprovação de dois Projetos de Lei que tramitam no Congresso Federal: o *Estatuto da Igualdade Racial* e o *de Reserva de Vagas nas Universidades Públicas*.

Como reforço às prioridades de ações da Seppir, planejamos a ampliação para a área de Segurança Pública e o desenvolvimento de mecanismos que contemplem os segmentos juventude e mulheres negras, como focos de todas as ações programáticas. O diálogo com os demais organismos de governo, buscando caminhos para a ampliação das metas para regularização fundiária em território de comunidades quilombolas e povos indígenas é outra prioridade.

Acreditamos, desta forma, poder dar maior visibilidade e conferir maior amplitude à *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial* e atualizar o *Plano de Ação*, a partir da realização da 1ª Conapir, reafirmando o *Ano Nacional de Promoção da Igualdade Racial*. Pretende-se mobilizar as instituições governamentais, organizações não-governamentais e movimentos sociais e sociedade civil, objetivando cada vez mais o fortalecimento de uma sociedade justa e democrática, com igualdade de direitos e oportunidades sociais, políticas e econômicas.





# Anexos





## Relação dos Integrantes da Seppir em 2003/04

NOME	SUBSECRETARIA/SETOR	CARGO
AMILTON FONSECA PAIVA	SUBPLAN	ESPECIALISTA
ANA LÚCIA DE AGUIAR	SUBCOM	ESPECIALISTA
ANGELITA GARCIA DOS SANTOS	GABINETE	ASSESSORA TÉCNICA
ANTÔNIO DA SILVA PINTO	SUBPLAN	SUBSECRETÁRIO
ANTÔNIO LUÍS DELARCOS	SUBPLAN	ESPECIALISTA
ÁUREA FERREIRA DA SILVA	SUBCOM	AUXILIAR
BENEDITO CINTRA	GABINETE	ASSESSOR
BENIMIRIA EUFRÁZIO DA SILVA	AÇÕES AFIRMATIVAS	ESPECIALISTA
CARLOS ALBERTO S. DE PAULO	SUBCOM	DIRETOR DE PROGRAMA
CARLOS AUGUSTO C. DA SILVA	SUBPLAN	AUXILIAR
CARLOS EDUARDO TRINDADE SANTOS	SUBCOM	SUBSECRETÁRIO
CHRISTIANE S. DE M. DOURADO	SUBCOM	ASSESSORA TÉCNICA
CLEUSA APARECIDA DA SILVA	AÇÕES AFIRMATIVAS	GERENTE DE PROJETOS
COCELINO DOS SANTOS ROSA	SUBPLAN	AUXILIAR
CRISTIANE MARIA GOMES PORTO	GABINETE	OFICIAL DE GABINETE II
CRISTINA DE F. GUIMARAES	AÇÕES AFIRMATIVAS	ESPECIALISTA
DENISE PACHECO	AÇÕES AFIRMATIVAS	GERENTE DE PROJETOS
DEYSE LOBO DE OLIVEIRA	GABINETE	AUXILIAR
DOUGLAS MARTINS DE SOUZA	GABINETE	SECRETÁRIO-ADJUNTO
ELAINE PEREIRA DE SOUZA	SUBPLAN	ASSESSORA TÉCNICA
ELIZABETH LIMA DA SILVA	SUBCOM	GERENTE DE PROJETOS
ERONILDES PINHEIRO DA ROCHA	CNPIR	ASSESSORA TÉCNICA
EUCLIDES VIERIA SILVA	SUBPLAN	ASSESSOR TÉCNICO
FELIPE FONSECA	SUBPLAN	ESPECIALISTA
FERNANDA BITTENCOURT VIEIRA	GABINETE	GESTORA PÚBLICA
FLÁVIA RODRIGUES	AÇÕES AFIRMATIVAS	ESPECIALISTA
FRANCISCO JÚNIOR DE SOUSA	GABINETE	CONTÍNUO
GABRIEL COURY	SUBPLAN	ASSESSOR TÉCNICO
GISELA DA SILVA MORALES	AÇÕES AFIRMATIVAS	AUXILIAR
GLAUCE PEREIRA RODRIGUES	GABINETE	ESPECIALISTA
IVAN BRAZ DA CONCEIÇÃO	SUBCOM	GERENTE DE PROJETOS
JACY RIBEIRO DE PROENÇA	SUBCOM	DIRETORA DE PROGRAMAS
JAIRO U. B. SALLES BRANDIZZI	SUBPLAN	DIRETOR DE PROGRAMAS
JOÃO CARLOS NOGUEIRA	AÇÕES AFIRMATIVAS	SUBSECRETÁRIO
JOELMA LIMA FERREIRA DE CASTRO	SUBCOM	AUXILIAR
JORGE LUIZ CARNEIRO DE MACEDO	SUBPLAN	DIRETOR DE PROGRAMAS
JOSÉ CARLOS ESTEVES	AÇÕES AFIRMATIVAS	GERENTE DE PROJETOS
JOSÉ GALVÃO MESQUITA	SUBPLAN	GERENTE DE PROJETOS
JOSÉ MARCOS MORENO	GABINETE	CONTÍNUO

## Anexo A

NOME	SUBSECRETARIA/SETOR	CARGO
JOSÉ ROBERTO RODRIGUES	SUBPLAN	ESPECIALISTA
JUSSIARA PEREIRA DOS SANTOS	AÇÕES AFIRMATIVAS	ASSESSORA TÉCNICA
KAREN SANTANA ALMEIDA	ASSESSORIA INTERNACIONAL	ASSESSORA TÉCNICA
LUIZ ALBERTO OLIVEIRA GONÇALVES	GABINETE	SECRETÁRIO ADJUNTO
LUIZ CARLOS LISBOA THEODORO	SUBCOM	ASSESSOR TÉCNICO
LUIZ CLÁUDIO EUGÊNIO	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	ASSESSOR
LUIZ JOSÉ ADÃO	SUBPLAN	ASSESSOR TÉCNICO
MAGALI S. SANTOS NAVES	ASSESSORIA INTERNACIONAL	ASSESSORA
MARAYL CALDAS	GABINETE	ASSESSORA TÉCNICA
MARCELLE DOS REIS FREITAS	ASSESSORIA INTERNACIONAL	AUXILIAR
MÁRCIA DE PAULA MATHEUS	GABINETE	ESPECIALISTA
MÁRCIA DOS SANTOS NASCIMENTO	SUBPLAN	GERENTE DE PROJETOS
MARCOS ANTONIO CARDOSO	CNPIR	ASSESSOR
MARIA CRISTINA SAKAY	GABINETE	ASSESSORA TÉCNICA
MARIA DA GRAÇA OHANA	AÇÕES AFIRMATIVAS	ASSESSORA TÉCNICA
MARIA DAS GRAÇAS BARBACENA	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	ESPECIALISTA
MARIA DO SOCORRO DE PINHO	GABINETE	ESPECIALISTA
MARIA GILSINÉIA SILVA	GABINETE	AUXILIAR
MARIA INÊS DA SILVA BARBOSA	GABINETE	CHEFE DE GABINETE
MARIA JOSÉ ROCHA LIMA	AÇÕES AFIRMATIVAS	DIRETORA DE PROGRAMAS
MARIA NEUMA LOPES DE SALES	GABINETE	CHEFE DE GABINETE
MARLUCIA DA C. FONTENALE	SUBPLAN	ASSISTENTE
MATILDE RIBEIRO	GABINETE	MINISTRA
MICHAEL SARAIVA DE ALENCAR MOTA	GABINETE	AUXILIAR
NEIMAR GONÇALVES	GABINETE	OFICIAL DE GABINETE I
NILTON LINO DA SILVA	SUBCOM	ESPECIALISTA
PAULO LUIZ DE OLIVEIRA	SUBPLAN	AUXILIAR
QUENES DA SILVA GONZAGA	AÇÕES AFIRMATIVAS	COORDENADORA DE PROJETOS
REJANE VIEIRA URANI	GABINETE	ASSESSORA TÉCNICA
RICARDO STANFORD PEGAS	SUBPLAN	ASSESSOR TÉCNICO
ROBSON XAVIER DA SILVA	SUBCOM	ASSESSOR TÉCNICO
ROGER WILLIAMS F. DO NASCIMENTO	AÇÕES AFIRMATIVAS	COORDENADOR DE PROJETOS
ROSÂNGELA RODRIGUES VALE	SUBPLAN	ESPECIALISTA
ROSELI DE FATIMA CARNEIRO	SUBPLAN	ASSISTENTE
SANDRA REGINA MARIA DO C. TEIXEIRA	GABINETE	OUIDORA
SELMA VICENTE ANDRADE	GABINETE	ASSISTENTE
SERGIO A. DE PAULA E SILVA	ASSESSORIA INTERNACIONAL	ASSESSOR TÉCNICO
SILENIR LIMA AGUIAR	SUBPLAN	ESPECIALISTA
SIONEI RICARDO LEÃO ARAÚJO	GABINETE	GERENTE DE PROJETOS
WAGNER DE SOUSA MELO	SUBPLAN	ASSESSOR TÉCNICO
WALQUÍRIA SILVA SANTOS	SUBPLAN	ASSESSORA TÉCNICA

**Relação dos Integrantes do Conselho Nacional de Promoção  
da Igualdade Racial (CNPPIR)**

INTEGRANTES DA SOCIEDADE CIVIL	ORGANISMOS DO GOVERNO FEDERAL
AGENTES DE PASTORAIS NEGROS – APN	CASA CIVIL
ARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS – ABONG	MINISTÉRIO DA CULTURA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS – ABPN	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RÁDIO E TELEVISÃO – ABERT	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CIGANA – APRECI	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COLETIVOS DE EMPRESÁRIOS AFRO-BRASILEIROS/ANCEABRA	MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONFEDERAÇÃO ÁRABE PALESTINA DO BRASIL – COPAL	MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL – CONIB	MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
CONGRESSO NACIONAL AFRO-BRASILEIRO – CNAB	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
COORDENAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES NEGRAS – CONEN	MINISTÉRIO DO ESPORTE
COORDENAÇÃO NACIONAL DE QUILOMBOS – CONAQ	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS – FENATRAD	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
FÓRUM NACIONAL DE MULHERES NEGRAS	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
INSTITUTO ETHOS	SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS
INSTITUTO NACIONAL DA TRADIÇÃO E CULTURA AFRO-BRASILEIRA – INTECAB	SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
INSTITUTO SINDICAL INTERAMERICANO PELA IGUALDADE RACIAL – INSPIR	
UNIÃO DE NEGROS PELA IGUALDADE – UNEGRO	
WARÁ – INSTITUTO INDÍGENA BRASILEIRO	
REPRESENTANTES COM NOTÓRIO RECONHECIMENTO EM RELAÇÕES RACIAIS	
KABENGELE MUNANGA	
LECI BRANDÃO OLIVEIRA SILVEIRA	

## Anexo C

### Relação dos Organismos Integrantes do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir) – 2003/2004

Unidade Federativa	Município/Estado	Organismo	Nível Governamental
AL	Alagoas	Secretaria Executiva de Defesa e Proteção das Minorias/Sedem	estadual
BA	Bahia Salvador	Assessoria Étnica/Superintendência de Direitos Humanos Secretaria Municipal de Reparação	estadual municipal
ES	Cachoeiro do Itapemirim	Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	municipal
GO	Goiás Goiânia	Superintendência da Promoção da Igualdade Racial Coordenadoria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra – Conego	estadual municipal
	Formosa	Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção e Igualdade Racial	municipal
MA	Maranhão	Supervisão de Ações Afirmativas/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedes	estadual
MG	Uberlândia Belo Horizonte	Coordenadoria Municipal Afro-Racial – Coafro Coordenadoria Municipal para Assuntos da Comunidade Negra – Comacon	municipal municipal
	Itabira	Seção Municipal para Assuntos da Comunidade Negra	municipal
MS	Mato Grosso do Sul	Coordenadoria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial/CPPIR	estadual
PA	Pará	Programas Raízes (Indígenas e Quilombolas)	estadual
PE	Pernambuco Olinda	Programa de Combate ao Racismo Institucional Coordenadoria do Negro/Neagra	estadual municipal
PI	Piauí	Coordenação da Pessoa Negra/Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania	estadual
PR	Maringá	Assessoria Municipal da Promoção da Igualdade Racial	municipal
RJ	Barra Mansa	Assessoria da Comunidade Negra	municipal
	Quatis	Assessoria das Relações Comunitárias	municipal
	Valença	Assessoria de Assuntos da Comunidade Negra	municipal
	Volta Redonda	Assessoria de Assuntos de Promoção da Igualdade Racial	municipal
RJ	Pinheiral	Assessoria de Assuntos sobre Promoção de Racial	municipal
	Porto Real	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial	municipal
	Vassouras	Assessoria para Assuntos da Comunidade Negra	municipal
	Macaé	Coordenação de Cultura Afro-Brasileira – Coafro/ Fundação Macaé de Cultura	municipal
RJ	Resende	Coordenadoria da Comunidade Negra	municipal
	Paraty	Coordenadoria da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	municipal
RN	Rio Grande do Norte	Subsecretaria de Direitos Humanos/Secretaria de Justiça e Cidadania	estadual
RS	Gravataí	Assessoria de Políticas Públicas para o Negro	municipal
	Caxias do Sul	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial	municipal
	Santa Maria	Coordenadoria de Políticas Públicas para Comunidade Negra	municipal
	Pelotas	Coordenadoria do Negro	municipal
RS	Porto Alegre	Grupo de Trabalho Anti-Racismo/Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana	municipal
	Viamão	GT Anti-Racismo	municipal
SE	Aracaju	Assessoria Técnica da Política da Igualdade Racial	municipal
SP	São Paulo	Assessoria Étnica /Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania	estadual
	Embu as Artes	Assessoria da Comunidade Negra	municipal
	Diadema	Assessoria de Promoção da Igualdade Racial	municipal
	Santo André	Assessoria dos Diretos da Comunidade Negra	municipal
	Araraquara	Centro de Referência da Cidadania	municipal
	Campinas	Coordenadoria de Assuntos da Comunidade Negra	municipal
	Jandira	Coordenadoria do Departamento de Combate ao Racismo	municipal
	São Paulo	Coordenadoria para Assuntos da População Negra	municipal
SP	Ribeirão Preto	Grupo Anti-Racismo da Secretaria Municipal de Educação	municipal
	Mauá	Grupo de Trabalho sobre Diversidade Cultural e Etnias – Secretaria Municipal de Assistência Social	municipal
SP	São Carlos	Seção de Combate ao Racismo e à Discriminação	municipal

**Relação de Parceiros/Convênios para a implementação das Políticas de  
Promoção da Igualdade Racial em 2004**

Instituição Conveniada	Área de Atuação da Seppir	Convênio/Vigência
AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento/DF	Ações Afirmativas (combate à violência contra a mulher)	Convênio N° 023/04 31/12/04
Associação Beneficente Pena Dourada/BA	Programa Brasil Quilombola	Convênio N° 027/04 31/12/05
Associação Nacional dos Advogados Afro-Descendentes – ANAAD/BA	Cidadania e Assistência Jurídica	Convênio N° 015/04 31/01/05
Central de Projetos/DF	Relações Internacionais	Convênio N° 022/04 31/12/04
Centro Cultural Cartola/RJ	Ações Afirmativas (Cultura Negra)	Convênio N° 019/04 31/12/04
Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade – CEERT/SP	Cidadania e Assistência Jurídica	Convênio N° 014/04 31/01/05
Centro de Estudos e Ação Cultural Quilombo – CECQ/SE	Programa Brasil Quilombola	Convênio N° 028/04 30/04/05
Centro de Estudos e Defesa do Negro – CEDEMPA/PA	Programa Brasil Quilombola	Convênio N° 025/04 01/12/05
Centro de Formação do Educador Popular Maria da Conceição/PE	Ações Afirmativas (Educação)	Convênio N° 010/04 31/07/05
Coletivo de Empreendedores Afro-Brasileiros – CEABRA/SP	Ações Afirmativas (Empreendedorismo)	Convênio N° 016/04 31/01/05
Comissão Pró-Índio/SP	Programa Brasil Quilombola	Convênio N° 009/04 31/12/04
Consórcio Intermunicipal do ABC/SP	Capacitação de Gestores e Agentes Sociais	Convênio N° 030/04 30/04/05
Fundação ADM/BA	Ações Afirmativas (política indígena)	Convênio N° 017/04 31/12/04
Fundação Centro de Referência da Cultura Negra/MG	Ações Afirmativas(fortalecimento do movimento negro)	Convênio N° 020/04 31/01/05
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa – FUNDEP/MG	Capacitação de Gestores e Agentes Sociais	Convênio N° 021/04 30/05/05
Fundação Universitária de Brasília – FUBRA/DF	Apoio às Conferências Estaduais PIR	Convênio N° 013/04 30/04/05
Fundação Universidade de Brasília – FUB/DF	Ações Afirmativas (Educação/Lei 10.639/03)	Convênio N° 011/04 10/12/05
Fundação Universitária de Brasília – FUBRA/DF	Programa Brasil Quilombola	Convênio N° 002/04 31/12/04
Fundação Universidade de Brasília – FUB	Programa Brasil Quilombola	Convênio N°026/04 31/01/05
Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros – IPEAFRO/RJ	Ações Afirmativas (Cultura Negra)	Convênio N° 008/04 31/01/05
Instituto Novas Fronteiras da Cooperação – INFC/DF	Programa Brasil Quilombola	Convênio N° 029/04 31/05/05
Sociedade de Cultura Dombali/SP	Ações Afirmativas (Comunicação e Cultura)	Convênio N° 006/04 31/12/04
Sociedade de Estudos Multiculturais, Ecológicos e de Artes – Semear/SE	Ações Afirmativas (fortalecimento do movimento negro)	Convênio N° 012/04 31/01/05
<b>Governamental</b> Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico –CNPQ/MCT	Ações afirmativas (bolsa para carreira diplomática)	Convênio N° 024/04 30/11/2005
Governo do Estado do Mato Grosso do Sul	Ações Afirmativas (Educação)	Convênio N° 004/04 31/07/2005
Prefeitura de Belém/PA	Ações Afirmativas (direitos e promoção da igualdade)	Convênio N° 001/04 31/12/2004
Prefeitura de Porto Alegre/RS	Ações Afirmativas (educação e cidadania)	Convênio N° 003/04 30/06/2005
Prefeitura de São Paulo/SP	Capacitação de Gestores e Agentes Sociais	Convênio N° 005/04 31/12/2004
Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)	Ações afirmativas (campanha sobre diversidade racial)	Termo de Cooperação – 30/09/2005
Ministério da Defesa	Programa Brasil Quilombola	Cooperação técnica 10/01/2005

## Anexo E

### Relação de Parceiros/Termos de Cooperação para a implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2004

Instituição	Objeto de Cooperação	Vigência
<b>Não-Governamental</b>		
<b>Petrobras</b>	<p>Termo de Compromisso assinado em 1º/9/2003, entre Seppir, Petrobras e Ministério de Assistência Social (posteriormente incorporado ao MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome), visando à participação do Programa Fome Zero de maneira alternativa e transformadora, estimulando o protagonismo social e a co-responsabilidade, a fim de assegurar autonomia e sustentabilidade aos resultados de suas ações de caráter estratégico, sistêmico e multi-institucional, mantendo o foco nos resultados sociais a serem alcançados (o valor a ser repassado às comunidades, a partir de 2005, será de R\$4.000.000,00).</p> <p>Projeto “A Cor da Cultura” visando à implementação da Lei 10.639. Este projeto é realizado em parceria com o Canal Futura, o Cidan (Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro), a Fundação Roberto Marinho, a Petrobrás e a Seppir. O objetivo central é a valorização e preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro (valor a ser repassado às entidades no período de 2004/2006 será de R\$3.700.000,00).</p>	<b>2004/2006</b>
<b>Fundação Roberto Marinho e Instituto Multiplicar</b>	Termo de Cooperação Técnica e Financeira, assinado em 12/3/2004 com vigência de 12 meses, visando à implantação de Telessalas nas Comunidades Quilombolas de Goiás. Em 2004, foram implantadas 3 Telessalas na Comunidade Kalunga, uma em cada município( Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre). Estão previstas, para 2005, ações nos estados de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. O instituto Multiplicar compromete-se a repassar para a Fundação Roberto Marinho um montante de R\$216.800,00 (Duzentos e dezesseis mil e oitocentos reais).	<b>2004/2005</b>
<b>Eletrobrás</b>	Protocolo de Intenções, assinado em 14/11/2004, envolvendo a Seppir e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. O objetivo é desenvolver estudos destinados à realização de ações conjuntas em Comunidades Quilombolas e estabelecer prioridades à implementação de projetos pilotos de desenvolvimento sustentável, destinados à geração de emprego e renda nas Comunidades de Remanescentes de Quilombolas.	<b>2004/2006</b>
<b>Eletronorte</b>	Protocolo de Intenções, assinado em 14/12/2004, envolvendo a Seppir, a SEAP (Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca), a Eletronorte e a Prefeitura de Macapá. O objetivo é realização conjunta de ações que beneficiem a população negra e de remanescentes de quilombos do Município de Macapá e do Estado do Amapá, visando a ações e projetos voltados ao desenvolvimento sustentável em todas as comunidades quilombolas do Estado do Amapá.	<b>2004/2006</b>
<b>Eletronorte</b>	Protocolo de Intenções, assinado em 14/12/2004, envolvendo a Seppir e a Eletronorte objetivando a realização conjunta de ações que beneficiem a população negra e quilombola da Amazônia Legal.	<b>2004/2007</b>

**Relação de Parceiros/Termos de Cooperação para a implementação das Políticas de Promoção da Igualdade Racial em 2004**

<b>Instituição</b>	<b>Objeto de Cooperação</b>	<b>Vigência</b>
<b>Ministério das Cidades</b>	Protocolo de Intenções, assinado em 14/12/2004, envolvendo o Ministério das Cidades, a Seppir, o Ministério da Saúde/Funasa, Ministério da Cultura/FCP, objetivando a construção de habitações e melhorias sanitárias destinadas as Comunidades Remanescentes de Quilombos, por meio do Programa de Subsídio à Habitação (PSH).	<b>2004/2006</b>
<b>MTE, MDSCF, MDA, MC (FCP), SEPPIR, FUBRA</b>	Termo de Cooperação Técnica, assinado em 14/12/2004, envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Cultura/FCP, a Seppir e a Fubra, objetivando a formulação e execução de ações para promover o etnodesenvolvimento econômico e solidário nas Comunidades Remanescentes de Quilombos.	<b>2004/2006</b>
<b>MDSCF, FCP, SEPPIR/PR</b>	Termo de Cooperação Técnica, assinado em 14/12/2004, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Cultura/FCP e a Seppir, objetivando a Formulação e execução de ações para inclusão das famílias de Comunidades Remanescentes de Quilombos no Cadastro Único e em Programas Sociais do Governo Federal.	<b>2004/2006</b>
<b>MTE e SEPPIR/PR</b>	Termo de Cooperação Técnica, assinado em 14/12/2004 envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego e a SEPPIR, objetivando a implantação dos Consórcios Sociais de Juventude, no âmbito do Programa Primeiro Emprego para jovens de Comunidades Quilombolas.	<b>2004/2006</b>
<b>OIT – Organização Internacional do Trabalho</b>	Termo de Cooperação assinado em 14/10/2003 e iniciado em 2004 visando ao desenvolvimento do Programa GRPE – Programa de Fortalecimento Institucional para a Igualdade de Gênero e Raça, Erradicação da Pobreza e Geração de Emprego. O compromisso se dá entre a OIT, Seppir e a SEPM; SEDH; MTE; MEC; MPS; MDA; MDS (Ministério do Desenvolvimento Social); MS (Ministério da Saúde) e Secretaria do Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social.	<b>2003/2006</b>
<b>UNESCO</b>	Acordo de Cooperação Técnica objetivando o Apoio Institucional à Promoção da Igualdade Racial 2004/2006.	<b>2004/2006</b>
<b>PNUD</b>	Acordo de Cooperação Técnica objetivando a Gestão Pública e o Diálogo Social para a Igualdade Racial.	<b>2002/2005</b>
<b>SECOM</b>	Termo de Cooperação Técnica visando à realização de ações de publicidade de utilidade pública.	<b>2004/2005</b>







Anexo F – 2

Tabela referente aos certificados de identificação, emitidos pela FCP  
Total: 257 comunidades

Estado	Município	Comunidade
BA	Muquém do São Francisco Simões Filho Bom Jesus da Lapa Sítio do Mato Bom Jesus da Lapa Bom Jesus da Lapa Malhada Bom Jesus da Lapa Bom Jesus da Lapa Wanderley	Jatobá
		Dandá
		Lagoa do Peixe
		Mangal e Barro Vermelho
		Rio das Rãs
		Araçá
		Parateca e Pau d'Arco
		Juá e Bandeira
		Nova Batalhinha
		Riacho de Sacutiaba e Sacutiaba
		Dendê
		Engenho da Praia
		Engenho da Ponte
		Calembá
		Caonge
		Caembongo Velho
		Imbiara
		Calolé
		Itambo
Engenho da Vitória		
Boqueirão e Velame		
Pitanga dos Palmares		
Salaminas		
Bananeiras		
Gavião		
Riacho das Pedrinhas		
Cajá		
Cachimbo		
Tomé Nunes		
Praia Grande		
Papagaio		
<b>Total BA: 31</b>		
CE	Tururu	Conceição dos Caetanos Água Preta
<b>Total CE: 02</b>		
ES		Angelin
<b>Total ES: 01</b>		
GO	Nova Roma	Magalhães Almeida
<b>Total GO: 02</b>		
MA	Itapecuru-Mirim Mata Roma Itapecuru-Mirim Santa Rita Itapecuru-Mirim	Piqui/Santa Maria
		Bom Sucesso
		Santa Maria dos Pinheiros
		Santa Luzia
		Mata de São Benedito
		Águas Belas
Apicum Grande		
Arenhengaúá		

Tabela referente aos certificados de identificação, emitidos pela FCP  
Total: 257 comunidades

Estado	Município	Comunidade
MA		Bacanga Bacurijuba (Bacurijuba) Baixa Grande I Baixa Grande II Baixa do Grilo Baracatatiua Barreiros Bebedouro Bejo-Açu Belém Boa Vista I Boa Vista II Boa Vista III Boca do Rio Bom Jardim Bom Viver (Bom de ver) Bordão Brito I Caçador Caicaua I Caicaua II Cajapari Cajativa (Cajativa/cajutia) Cajiba Cajueiro II Camirim Canavieira Canelatiua Capijuba Capim Açu Capoteiro Caratatiua Castelo Cavem II Centro da Eulália Conceição Coqueiro Corre Fresco Cujupe I Cujupe II Curuça I Engenho I Esperança Flórida Fora Cativoiro Guanda I Guanda II Iguaíba

Anexo F – 2

Tabela referente aos certificados de identificação, emitidos pela FCP  
Total: 257 comunidades

Estado	Município	Comunidade
MA		Ilha da Camboa (Camboa) Iririzal Iscoito Itaperaí Itapiranga Itapuaua Itauaú Jacaré I Jacroa Janã Jarucaia Jordoá Ladeira II Lago Marmorana Macajubal I Macajubal II Mãe Eugênia Mamona I Mamona II Mangueiral Manival Maracati Maria Preta Marinherio Mato Grosso Murari Mutiti Nova Esperança Nova Ponta Seca Novo Cajueiro Novo Marudã Novo Pepital Novo Peru Novo Só Assim Oitua Pacatiua (Paquativa) Pacuri Palmeiras Pavão Peri Açú Perizinho Peroba de Baixo Peroba de Cima Piquia Ponta d´ Areia Porto da Cinza Porto de Baixo (Praia de Baixo)

Tabela referente aos certificados de identificação, emitidos pela FCP  
Total: 257 comunidades

Estado	Município	Comunidade
MA		Porto de Caboclo Porto do Boi I Praia de Baixo Prainha Primirim Quirirituia Raposa Rasgado Retiro Rio Grande I Rio Grande II Rio Verde Salina Samucangaua Santa Bárbara Santa Helena Santa Luzia Santa Maria Santa Rita I Santa Rita II Santana dos Caboclos Santo Inácio São Benedito I São Benedito II São Benedito III São Francisco I São Francisco II São José São João de Cortes São Lourenço São Maurício São Paulo São Raimundo II São Raimundo III Segurado Tacaua I Tapicuem (Itapequem) Tapuíó Tatuoca Tatuoca Terra Mole Terra Nova Timbotuba Tiquaras II Trajano Trapucara Tracuai Vai com Deus

Anexo F – 2

Tabela referente aos certificados de identificação, emitidos pela FCP  
Total: 257 comunidades

Estado	Município	Comunidade
MA		Vila Itaperaí
		Vila Maranhense
		Vila Nova I (Vila do Meio)
		Vila Nova II
		Vista Alegre
		Finca Pé
		Ipiranga da Carmina
		Filipa
	Olho d'Água dos Grilos	
<b>Total MA: 162</b>		
MG	São Francisco	Buriti do Meio
	Paracatu	Machadinho
	Paracatu	São Domingos
		Família dos Amaros
	São João da Ponte e Varzelândia	Brejo dos Crioulos
		Buieié
		Muzambinho
		Mumbuca
		Santana do Caatinga
		Bagres
		Colônia do Paiol
		Boa Morte
		Consciência Negra
		Bainha
	Arturos	
	Luízes	
<b>Total MG: 14</b>		
PA	Baião	Fugido
	Santarém	Saracura
	Salvater	Campinha
	Santarém	Arapemã
	Viseu	Paca e Aningal
	Pirai	Bela Aurora
		Campina
		Rio de Tucunaré
		Bom Jardim
		Tiningu
		Jocojó
		Alto Ipixuna
		Arinhoá
		Carrazedo
		Flexinha
		Gurupá-Mirim
		Camuta do Ipixuna
		São Francisco do Ipixuna
		Baca do Ipixuna
	Alto Pucuruí	
<b>Total PA: 20</b>		

Tabela referente aos certificados de identificação, emitidos pela FCP  
Total: 257 comunidades

Estado	Município	Comunidade
PB		Serra do Talhado Matão
<i>Total PB: 02</i>		
PE		Quilombo Chã dos Negros Timbó Guaribas Serra do Gado Brabo
<i>Total PE: 05</i>		
PI	Queimada Nova	Tapuio Sumidouro
<i>Total PI: 02</i>		
PR	Guarapoava	Invernada Paiol da Telha
<i>Total PA: 20</i>		
RJ	Rio de Janeiro São Pedro da Aldeia	Família Pinto Caveira/Botafogo Ilha da Marambaia Armouros Preto Forro
<i>Total RJ: 05</i>		
RN	Parelhas	Boa Vista dos Negros Acauã
<i>Total RN: 02</i>		
RO	São Francisco do Guaporé	Santo Antônio
<i>Total RO: 01</i>		
RS	Coxilha Maquiné Restinga Seca Restinga Seca Mostardas Gravataí Rio Pardo Sertão Porto Alegre Porto Alegre Porto Alegre	Arvinha Morro Alto Rincão dos Martinianos São Miguel Casca Manoel Barbosa Rincão dos Negros Mormaça Areal Vila Luiz Guaranhas Família Silva
<i>Total RS: 11</i>		
SC	Campos Novos	Herdeiros da Invernada dos Negros São Roque Valongo
<i>Total SC: 03</i>		
SE	Porto da Folha	Mocambo Lagoa do Campinho
<i>Total SE: 02</i>		
SP		André Lopes
<i>Total SP: 01</i>		
TO	Arraias	Lagoa da Pedra
<i>Total TO: 01</i>		

Relação Parcial de Proposições das Entidades Integrantes  
do CNPIR para 2005/2006

1 – Representação de ciganos, indígenas, árabo-palestinos e judeus

1.a) APRECI – Associação de Preservação da Cultura Cigana

- implementação do Camping Cigano “Núcleo de Resgate da Cidadania” em Curitiba/PR;
- criação da Cooperativa de Costureiras da Vila Verde; criação do Estado Virtual Cigano;
- inserção de “Chamada de 30 segundos”, durante o programa oficial da “Hora do Brasil”, pelo período de seis meses.

1.b) WARÁ – Instituto Indígena Brasileiro

- pautar a discussão sobre a situação das terras “Raposa da Serrado Sol”, a ser realizada na Seppir e no CNPIR, seguida posteriormente de ação conjunta com outros ministérios;
- envolver as organizações indígenas na realização da Conferência Regional – “Santiago + 5”, que dará seqüência ao monitoramento da Declaração da III Conferência Mundial contra a Discriminação, Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas;
- estabelecer trabalhos articulando os povos indígenas e as comunidades remanescentes de quilombos;
- articular ações políticas relativas à “Aliança de parentesco entre mulheres negras e índias”.

1.c) COPAL – Confederação Árabe Palestina no Brasil

- elaborar um Programa de Ação Estratégica e estimular ações coordenadas, para a implementação do mesmo;
- sugestão de que o tema de uma das Campanhas da Fraternidade seja a “Questão Racial”;
- articulação de debates e intervenções sobre o tema “Ações Afirmativas” junto às Universidades Católicas;
- firmar articulação com a Pastoral Afro-Brasileira que incorpora os APNs (Agentes de Pastorais Negras), padres e bispos.
- comemorar os 25 anos de integração entre o Movimento Negro Unificado (MNU) e os Palestinos, por intermédio da Organização para a Libertação da Palestina;
- realizar uma Mostra da Milenar Cultura Palestina;
- estimular estudos sobre música brasileira de origem árabe-africana, com a criação de um conjunto musical, “Bate Pedras”, formado por crianças da periferia da cidade de Campinas.

1.d) CONIB – Confederação Israelita do Brasil;

- apresentar o “Programa de Anemia Falciforme” ao Hospital Albert Einstein para sua implementação;
- levantar as entidades vinculadas a Conib para buscar o estabelecimento de parcerias.



**Relação Parcial de Proposições das Entidades Integrantes  
do CNPIR para 2005/2006**

**2 – Representação de demais entidades sociais**

**2.a) ABERT – Associação Brasileira de Rádio e Televisão**

- participação da Abert na elaboração da Campanha de Mídia sobre Diversidade Racial e Étnica no Brasil;
- articulação, junto às emissoras de rádio e TV, debates sobre Tolerância Religiosa;
- elaboração de documento, sobre formas para a produção de “spots” de rádio, para fomentar o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial.

**2.b) CNBB – Comissão Nacional dos Bispos do Brasil**

- participação do CNPIR em reunião do Conselho Permanente da CNBB, uma vez que nessa reunião estão presentes os Bispos regionais e integrantes das Comissões de Trabalho;
- sugestão de que o tema de uma das Campanhas da Fraternidade seja a “Questão Racial”;
- articulação de debates e intervenções sobre o tema “Ações Afirmativas” junto às Universidades Católicas;
- firmar articulação com a Pastoral Afro-Brasileira que incorpora os APNs (Agentes de Pastorais Negras), Padres e Bispos.





